



Universidades Lusíada

Fernandes, Marisa

## **A reunificação política da Alemanha (1989/1990) : no contexto das relações entre as grandes potências**

<http://hdl.handle.net/11067/2484>

<https://doi.org/10.34628/17e4-sa81>

### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	2014
<b>Resumo</b>	Este estudo parte de uma análise da reunificação da Alemanha (1989) no contexto da relações entre as quatro Grandes Potências do pós II Guerra Mundial (EUA, URSS, França e Grã-Bretanha), procurando igualmente compreender o modo como essas relações influíram no desenrolar dos acontecimentos deste episódio da história da Alemanha, da Europa e do mundo....
<b>Palavras Chave</b>	Política internacional - 1989-, Alemanha - História - Unificação, 1990
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	Não
<b>Coleções</b>	[ULL-FCHS] LPIS, n. 10 (2014)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-04-24T17:07:53Z com informação proveniente do Repositório

**A REUNIFICAÇÃO POLÍTICA DA ALEMANHA  
(1989/1990):  
NO CONTEXTO DAS RELAÇÕES ENTRE AS  
GRANDES POTÊNCIAS.**

**Marisa Fernandes**  
marisaasfernandes@gmail.com

**Resumo:** Este estudo parte de uma análise da reunificação da Alemanha (1989) no contexto da relações entre as quatro Grandes Potências do pós II Guerra Mundial (EUA, URSS, França e Grã-Bretanha), procurando igualmente compreender o modo como essas relações influíram no desenrolar dos acontecimentos deste episódio da história da Alemanha, da Europa e do mundo.

**Palavras-chave:** Alemanha / reunificação / EUA / URSS/ França/ Grã-Bretanha.

**Abstract:** This study begins with an analysis of the reunification of Germany (1989) in the context of the relations between the four Great Powers after World War I (USA, USSR, France and Great Britain), trying to understand how these relations influenced the development of events of this episode of the history of Germany, of Europe and of the World.

**Key-words:** Germany / reunification / USA/ USSR / France/ Great Britain.

## Introdução

O presente estudo pretende constituir-se como uma análise da reunificação da Alemanha (1989) no contexto das relações entre as quatro Grandes Potências do pós II Guerra Mundial, de forma a verificarmos em que medida é que essas relações influíram no desenrolar dos acontecimentos deste episódio da história da Alemanha, da Europa e do mundo.

Para tal, e optando por uma perspectiva analítica descritiva, procedemos a uma observação diferida (investigação documental e histórica) obtida tanto a partir de documentação indirecta proveniente da imprensa, como sejam os casos dos artigos do *Deutsche Welle* ou até da *Spiegel*, e de algumas obras literárias analíticas sobre o período da Guerra-Fria, sobre as relações internacionais a partir de 1945 ou ainda sobre a história da Alemanha; como a partir de documentação directa, produzida directamente pelos intervenientes políticos na tomada de decisão, sempre que possível – com especial destaque para os do período de 1989/1990: George Bush, Mikhail Gorbachev, François Mitterrand, Margaret Thatcher e Helmut Kohl – como sejam os discursos ou obras escritas pelos próprios algum tempo depois (Kohl e Mitterrand) ou ainda o Tratado Dois-Mais-Quatro.

Com efeito, a construção do Muro de Berlin na década de 60, a sua queda no final dos anos 80 e a, conseqüente, reunificação da Alemanha no início dos anos 90 constituíram-se como um produto do desenvolvimento da Guerra-Fria e da disputa existente entre os EUA e URSS no espaço europeu, assim como do enfraquecimento político, económico e social que a URSS começou a sentir em meados dos anos 80, precipitando a queda do Muro e impelindo-a a aceitar uma Alemanha reunificada.

Quanto à estrutura, este estudo encontra-se dividido em III partes essenciais. Na parte I. “Os conceitos na Estratégia Internacional das Grandes Potências”, procuraremos definir os conceitos que consideramos centrais para o estudo que aqui apresentamos: o de Estratégia, o de Potência e, a partir deste, o de Grandes Potências. Em seguida, iremos destacar a importância do conceito de Poder no conceito de Potência, no seu geral.

Na parte II “O Muro de Berlin: construção e queda (1961-1989)” atentaremos primeiro nos antecedentes que terão conduzido à iniciativa Soviética na República Democrática da Alemanha (RDA): de construção do Muro e, em segundo lugar, identificaremos as razões que contribuíram para a queda do Muro vinte e oito anos depois.

Por fim, na parte III “Depois da queda do Muro de Berlin...”, no capítulo 1 “Linhas Fundamentais da Estratégia Internacional das Quatro Grandes Potências quanto à questão Alemã”, procuraremos identificar: quais as posições dos EUA, da URSS, da França e da Grã-Bretanha no período imediato à queda do

Muro e no que respeita ao futuro da questão Alemã: reunificar ou não e em que condições; e quais os papéis que desempenharam no decorrer das negociações em direcção à reunificação da Alemanha.

No segundo capítulo, debruçar-nos-emos sobre a reunificação da Alemanha propriamente dita e, para tal, tomaremos como ponto de partida o discurso dos dez pontos de Helmut Kohl para o futuro da Alemanha. Abordaremos a evolução da posição de Gorbachev quanto à posição da URSS relativamente a uma Alemanha reunificada, assim como todo o percurso efectuado entre a República Federal da Alemanha e a República Democrática da Alemanha tendo a reunificação como destino: as eleições e a decisão do Parlamento da RDA, a adopção de um mesmo sistema económico e monetário na RDA e a assinatura do Tratado de unificação política; terminando no Acordo Final assinado entre os EUA, a URSS, a França, a Grã-Bretanha, a RFA e a RDA sobre a questão Alemã.

Concluiremos o nosso estudo, apresentando aqueles que entendemos serem os principais traços comuns da Política Externa Alemã após 1990, com Helmut Kohl, Gerhard Schröder e Angela Merkel como Chanceleres, tanto numa perspectiva bilateral como também multilateral.

## **I. Os conceitos na Estratégia Internacional das Grandes Potências**

### **1. Partindo da Estratégia...**

Na definição proposta por Couto (1988: 209), a Estratégia consiste na “ciência ou arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem objectivos políticos que sustentem, ou podem sustentar, a hostilidade de uma outra vontade política”. Ou tomando a definição de Ribeiro (2009: 22-23), a Estratégia define-se como “a ciência e a arte de edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política, superando problemas e explorando eventualidades em ambiente de desacordo”.

Em qualquer uma das definições, a Estratégia é tanto uma ciência como uma arte: uma ciência porque dispõe de um objecto de estudo próprio, passível de investigação e análise, recorrendo a instrumentos teóricos (perspectivas) e práticas (técnicas) independentes e a um método de investigação e análise explicativo dos fenómenos estratégicos quanto à sua essência, causalidade e efeitos; uma arte, que na perspectiva de Clausewitz, se identifica com o “talento do general” ou, na visão de Charnay, o estratega é “um seleccionador de conduta, um detentor de decisão” que condiciona o sucesso da acção estratégica. A selecção adequada dos estrategas completos ou mestres na arte da Estratégia, por serem capazes de desempenhar as funções de líder estratégico (exerce o comando, inspirando outros a pensar e a agir estrategicamente), de praticante estratégico (formula, operacionaliza e executa a Estratégia) e de teórico estratégico (estuda, desenvolve, ensina e divulga a Estratégia), é uma das tarefas mais complexas e fundamentais para se concretizarem os objectivos nacionais. Ribeiro (2009:29-31), em jeito de síntese, defende mesmo que a Estratégia “é uma actividade criativa assente em bases científicas”.

A Estratégia consiste em “desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação” para Couto; sendo que para Ribeiro se trata de “edificar, dispor e empregar meios de coacção num dado meio e tempo, para se materializarem objectivos fixados pela política”, o que reflecte explicitamente a necessidade de elaboração de planos de acção estratégica que permitam coordenar os meios disponíveis no tempo e no espaço, de forma a reduzir o erro na tomada de decisões sucessivas.

Em ambas as definições se encontra patente o facto da Estratégia ser subsidiária da Política que a orienta, cabendo-lhe o papel de estudar e estabelecer o caminho a seguir, as acções a realizar – temporal e espacialmente – de acordo com os meios disponíveis. Deste modo, a Estratégia apresenta um carácter transitório e flexível, contrastante com o carácter de maior persistência e continuidade da Política resultante da sua focalização nos objectivos nacionais permanentes – de que a garantia de segurança de uma comunidade politicamente organizada é disso exemplo –.

Por fim, outra ideia essencial a destacar nestas duas definições é a presença de agonismo: entendida para Couto como “hostilidade” e para Ribeiro como “ambiente de desacordo”. Sem a existência de vontades contrárias e opostas manifestas não existe Estratégia. Vontades que, por sua vez, disputam e competem entre si por um mesmo objectivo, o que no caso das relações internacionais assenta essencialmente na obtenção de mais Poder, adoptando a concepção realista que é aquela que entendemos melhor se coadunar com a Estratégia.

## 2. Passando pela Potência...

A Potência corresponde a um “Estado que define as regras da política internacional ou mundial, dispondo dos recursos necessários para defender tais regras. As Potências podem ser definidas a partir da dimensão dos seus recursos ou tendo em atenção o papel estruturador que assumem em relação aos outros Estados” (Sousa, 2008:162). E, neste sentido, os Estados intervenientes na questão Alemã do pós II Guerra Mundial: a Grã-Bretanha, a França, os EUA e a URSS podem ser todos encarados como Potências.

Existem vários tipos de Potências: a Superpotência, a Potência Hegemónica, a Grande Potência, a Potência Média e a Potência Regional, sendo que no âmbito deste nosso estudo apenas nos concentraremos no caso das Grandes Potências.

Antes, porém, convém definir também a Superpotência, na medida em que o período da Guerra-Fria (início e fim) caracterizado pela bipolaridade<sup>1</sup> do sistema internacional se pautou pelo surgimento de duas Superpotências em competição entre si: de um lado, os EUA e do outro, a URSS, sendo que cada qual orientava uma esfera de influência própria política-ideológica e económica-social, o que por sua vez se reflectiu na própria divisão da Alemanha, em 1949, em Repú-

---

<sup>1</sup> Um sistema bipolar caracteriza-se pela existência de duas Potências e, mais concretamente, duas Superpotências. Este tipo de sistema internacional costuma, conseqüentemente, resultar na formação de blocos (tipos de relações entre Estados), cada qual orientado por uma das Superpotências (Couto, 1988).

blica Federal da Alemanha (RFA) e República Democrática da Alemanha (RDA), uma sob a esfera do modelo Norte-Americano e outra sob a esfera do modelo Soviético respectivamente.

A Superpotência é, por conseguinte, um “Estado assim designado devido ao seu poder de dissuasão militar e nuclear, que constitui a base da sua influência mundial e se traduziu pela criação de vastas zonas de influência ou autoridade política<sup>2</sup> (...)” (Sousa, 2008:162).

### 2.1. Em direcção às Grandes Potências

Segundo Sousa (2008:162), a Grande Potência trata-se de um “Estado com interesses e presença mundial, como a China, França e Grã-Bretanha, influentes sob o ponto de vista político e militar - armas nucleares, forças convencionais significativas, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU - ou ainda importantes economicamente, como a Alemanha ou o Japão. O conceito (...), nos séculos XVIII e XIX, definia os Estados mais poderosos que detinham o poder de coerção e definiam as regras do jogo político-militar e diplomático”.

Um Estado pode ser considerado uma Grande Potência num dado contexto e sempre em comparação (ou em relação) com os outros Estados existentes na cena internacional. Para isso mesmo, de acordo com Kennedy (1988), é necessário que esse Estado possua uma capacidade económica e de inovação tecnológica passível de se reflectir no desenvolvimento do seu Poder Militar, de forma a garantir as suas necessidades de defesa, e ainda ser capaz de projectar Poder nas relações internacionais sobre uma determinada área geográfica, o que é característica da Geoestratégia<sup>3</sup>.

Com o fim da II Guerra Mundial, havia da parte das Grandes Potências vencedoras a preocupação de assegurar que a Alemanha não voltasse a constituir novamente uma ameaça ao sistema internacional, pelo que após a Conferência de Yalta<sup>4</sup>, decorrida em Fevereiro de 1945, ficou decidido o estabelecimento de quatro zonas de ocupação na Alemanha, sendo que cada zona de ocupação ficaria encarregue a uma das Grandes Potências vencedoras: a Grã-Bretanha, a França, os EUA e a URSS<sup>5</sup>. Neste sentido, a 5 de Junho de 1945 seria fixado, na Declara-

---

<sup>2</sup> A que faremos referência mais adiante no contexto prático da questão Alemã.

<sup>3</sup> Em definição aceite pelo Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), actual Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), a Geoestratégia é o “estudo das constantes e variáveis do espaço, acessível ao homem que, ao objectivar-se na construção de modelos de avaliação e emprego ou ameaça de emprego de formas de coacção, projecta o conhecimento geográfico na actividade estratégica” (IESM, *apud*, Correia, 2008:33).

<sup>4</sup> É ainda de mencionar que já, a 12 de Setembro de 1944, se havia aprovado um Protocolo sobre as Zonas Ocupadas da Alemanha (que seriam três zonas de ocupação) e sobre a Administração da Grande Berlin e, a 14 de Novembro, um Acordo sobre o Sistema de Controlo da Alemanha, ambos assinados em Londres pelos EUA, pela URSS e pela Grã-Bretanha, deixando de fora das negociações a França que, com Yalta, e sobretudo pelo acordo adicional de 1 de Maio de 1945 passaria também a dirigir uma quarta zona de ocupação na Alemanha.

<sup>5</sup> Os EUA e a URSS evoluem, pouco tempo depois, de Grandes Potências para Superpotências com o início da Guerra-Fria.

ção de Berlin, o destino jurídico da Alemanha, que passaria a ter a sua soberania ocupada e distribuída pelos quatro Estados já referidos. A Alemanha dividida não pode ser considerada uma Potência, devido a essa mesma divisão e à gestão distribuída da sua soberania, pese embora toda a centralidade e importância que terá ao longo da Guerra-Fria.

Para além do mais, na Conferência de Potsdam, entre 17 de Julho e 2 de Agosto de 1945, havia ficado decidido que a Alemanha seria tratada como uma unidade económica; o seu território seria reduzido em 24% estando incluída a retirada dos territórios da linha Oder-Neisse e o desaparecimento da Prússia; a região do Sarre seria retirada da zona de ocupação francesa; as regiões do outro lado dos rios Oder e Neisse seriam ocupadas pela Polónia; e a região de Königsberg seria anexada pela URSS. Decidiu-se, de igual modo, o desarmamento, a democratização e a desnazificação acompanhada do julgamento dos criminosos de guerra em Nürnberg, assim como a reforma da justiça e do ensino no Estado Alemão.

Perante este contexto, a Alemanha encontrava-se diante da perda da sua influência política e militar, dispondo de uma economia para reconstruir e recuperar – numa situação que parece contrastar com a posição que ocupa actualmente especialmente ao nível económico<sup>6</sup> –, o que a distinguiu e separava das Grandes Potências que a tinham dividido.

### 2.1.1. O Poder

O Poder pode, antes de mais, ser definido como a “capacidade de obrigar a adoptar uma conduta, (...) uma estrutura ou aparelho (...)” que decide e usa “a força como argumento final” para a obediência” (Moreira, 2006:109) seja no interior ou no exterior de um Estado. É, no essencial, a existência de maior Poder Económico, Poder Político e Poder Militar que permitem a uma Grande Potência influenciar em maior medida os outros Estados na cena internacional. Até porque, o Poder enquanto instrumento da acção externa do Estado é indissociável do quotidiano da acção política, sobretudo no que às relações internacionais diz respeito. Com efeito, o Poder foi desde sempre utilizado pelo Homem, mesmo antes da existência do Estado, como instrumento para garantir a sua sobrevivência, um objectivo primeiro e vital (Fontoura, 2006:1-2), o que se conseguia mediante a obtenção de mais e melhor Espaço, porque Espaço é Poder seguindo a perspectiva Ratzeliana.

Esta necessidade de obtenção de Espaço, uma vez que Espaço também é Segurança, faz com o Espaço também seja, frequentemente, motivo de “desavenças entre indivíduos e grupos, levando inclusivamente a confrontos militares pela defesa de linhas fronteiriças” (Bessa & Dias, 2007: 64). Embora, o contexto em estudo – relativo à divisão da Alemanha e à sua reunificação – seja o de Guerra-Fria caracterizado por se tratar de “um estado activo de tensão internacional a um nível mais baixo do espectro dos conflitos, onde medidas políticas económicas, tecnológicas, sociológicas, psicológicas, paramilitares e militares” são utilizadas

---

<sup>6</sup>Embora não apenas.



prioritariamente, dada a “abstenção do emprego das armas clássicas e nucleares, graças à acção constante da dissuasão” (Collins; Beaufre, *apud*, Ribeiro, 2008:160-161).

Assim sendo, e apesar do Poder ser – por norma – imediatamente associado à sua utilização de máxima intensidade, isto é, ao uso da força militar, o exercício do Poder no período da Guerra-Fria é sobretudo multidimensional<sup>7</sup>. Podendo manifestar-se de outras formas como sejam a indução, a persuasão, a manipulação e a autoridade, com acção autónoma ou combinada. Fontoura (2006:8) destaca ainda o papel das chamadas formas parcelares do Poder que assumem um peso crescente, sendo este o caso: do Poder Cultural, do Poder Económico, do Poder Comunicacional, entre outros. Formas parcelares já existentes aquando do sistema internacional bipolar que surgiu depois do termo da II Guerra Mundial.

Por outro lado, o Poder é algo situacional, na medida em que se altera de acordo com a situação ou contexto em que está a ser utilizado. Um Estado pode utilizar com menor intensidade, do que aquela que detém efectivamente, o seu Poder numa dada situação. Mas também relacional, pois “o Poder apenas tem sentido considerado como uma relação entre dois ou mais agentes”; “o Poder não é uma coisa, é uma relação”, sendo que “não tem qualquer sentido afirmar que um Estado tem poder (...), se os instrumentos à sua disposição não lhe derem a capacidade de influenciar o comportamento de outro Estado, ou dos detentores de interesses opostos” – isto é, dos outros actores estratégicos – (Moreira, 2006:110-111).

De igual modo, o Poder trata-se de um fenómeno dinâmico, já que a aceleração ou desaceleração do desenvolvimento social, económico, científico, produz alterações no aumento e na qualidade do Poder mobilizado ou mobilizável. A Alemanha é, sem dúvida, um exemplo do quão dinâmico é o Poder: do pós II Guerra Mundial, ao ter a sua soberania dividida e gerida pelas quatro Grandes Potências e estando completamente destruída; passando pela reunificação em 1990, que envolveu um esforço de unir numa mesma velocidade política, económica e social um espaço que havia estado separado por dois modelos distintos que, por sua vez, se reflectiam em níveis de desenvolvimento diferentes; até à actualidade, em que a Alemanha é um actor-chave no processo de construção europeia, desempenhando um papel fundamental na condução da crise económico-financeira da Zona Euro, e ambicionando<sup>8</sup> um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, dado o estatuto de Grande Potência que assume novamente, especialmente e em virtude do seu Poder económico.

Por fim, será também de encarar o Poder como: actual e/ou potencial; real e/ou percebido ou provável. Por Poder actual entende-se o “Poder que existe na actualidade, estando disponível de imediato, (...)”; que se encontra já concretizado e quantificado na face *tangível* do poder”; o Poder potencial corresponde a “uma realidade presumivelmente existente mas não concretizada ainda, por

---

<sup>7</sup> Multidimensionalidade essa que se mantém após o final da Guerra-Fria. Não sendo, portanto, exclusiva deste período.

<sup>8</sup> Através do G4.

decisão calculada das autoridades, por falta de meios financeiros ou tecnológicos, por desnecessidade imediata de utilização ou, ainda por simples desconhecimento da sua existência”. Já o Poder real “existe objectivamente e está pronto a ser operacionalizado” de imediato, é o Poder verdadeiro, pode ser quantificado, conhece-se e é avaliável nos seus componentes quantitativos e qualitativos; ao passo que o Poder percebido é aquele que se julga ter percebido no outro e, em função do qual, avaliamos o poder nacional – que consiste na soma dos atributos que capacitam um Estado para atingir os seus objectivos externos sempre que a estes se opõem os objectivos e a vontade de outro actor internacional – do opoente (Fontoura, 2006:5,8-10).

### 3. A Guerra-Fria

A Guerra-Fria “inclui a gama de acções em que a coacção reveste as formas de acção económica, psicológica, diplomática e política no interior do adversário, combinada com o eventual aprontamento e movimentação de meios militares e com a ameaça potencial da acção militar” (Couto, 1988: 154). No entanto, é uma “ameaça potencial da acção militar” que se afasta da concretização efectiva, sobretudo dada a posse da arma nuclear pelos principais intervenientes nessa disputa – as Superpotências EUA e URSS –, o que leva a que qualquer um dos Estados em causa seja dissuadido de utilizar contra o outro um primeiro ataque “porque prevê que resultem da retaliação do atacado (...) danos inaceitáveis” e intoleráveis (Aron, *apud*, Ribeiro, 2008:95).

Entre 1947 e 1991 o mundo, mas sobretudo o espaço europeu, esteve dividido entre dois blocos político-militares e económico-sociais: um dito Ocidental, liderado pela Superpotência EUA; e o outro dito Soviético, liderado pela Superpotência URSS. Neste contexto, a questão Alemã, como verificaremos, assumiu centralidade durante a Guerra-Fria, pois como refere Gaddis (2007:142): “A Alemanha do pós-guerra era ao mesmo tempo forte e fraca. Como fora o país mais poderoso da Europa antes de 1945, nem os Estados Unidos nem a União Soviética estavam dispostos a correr o risco de ver uma Alemanha reunificada aliar-se ao seu principal adversário”.

#### 3.1. Reunificação (em vez de Unificação)

Aquando do desaparecimento da divisão que separava a República Federal da Alemanha (RFA) da República Democrática da Alemanha (RDA), em 1990, passando a existir uma única Alemanha, a RFA, o que se verificou foi a reunificação deste Estado, que até 1945 fora um Estado unido.

Efectivamente, a unificação da Alemanha ocorreu no século XIX, com a vitória da Prússia nas guerras contra a Áustria (1866) e a França (1870-1871), e o triunfo da ideia da *Kleindeutschland* [Pequena Alemanha] com o Chanceler Otto von Bismarck (1815-1898). Tratando-se esta da unificação dos vários territórios alemães num Império, excluindo a Áustria<sup>9</sup>, sob a regência de um imperador hereditário prussiano, Guilherme I (Schulze, 2005: 103, 129). A opção da *Klein-*

<sup>9</sup> Que assim deixava de ser a potência dominante no espaço germânico.

*deutschland* assentava para Bismarck na concretização do seu primordial objectivo como Chanceler, a unidade da Alemanha (Fischer, 2007:49).

Esta unidade seria impossível de obter mediante a inclusão da Áustria-Hungria multinacional<sup>10</sup> que, por um lado, era constituída apenas por um quarto de germânicos e, pelo outro, não se encontrava na disposição de aceitar que a Prússia, detentora de supremacia no Norte da Alemanha, se lhe igualasse ou até a superasse (Fischer, 2007:51 e 52). Deste modo, seria deixada de lado por Bismarck, a ideia pangermanista de *Großdeutschland* [Grande Alemanha] incluindo a Áustria e os demais povos de origem germânica.

Semanticamente, enquanto a unificação resulta da junção/ ligação das várias partes numa só, a reunificação – ao ter o prefixo *-re* de origem latina, implica a ideia de repetição – consiste no resultado da junção/ligação das várias partes numa só, novamente. Refere-se, portanto, a algo que já teve unido, ficou dividido ou fragmentado para depois voltar a ser unido. E o que se verificou a 3 de Outubro de 1990 foi a reunificação da Alemanha, que havia sido antecedida pela queda do Muro de Berlin ocorrida a 9 de Novembro de 1989.

Ainda que possamos referir-nos à reunificação como (segunda) unificação, à semelhança do que sucede em vários dos documentos que aqui analisamos, o que sucedeu efectivamente foi uma reunificação. Primeiro desapareceu a barreira física que humanamente fora criada e, depois, foi a vez de voltar a tornar a Alemanha um todo político e económico-social, pese embora toda a heterogeneidade que passara a caracterizar a Alemanha outra vez unida<sup>11</sup>.

## II. O Muro de Berlin: construção e queda (1961-1989)

### 1. Uma iniciativa Soviética na RDA: o Muro constrói-se...

Da noite de 12 para 13 de Agosto de 1961 foi construído o Muro de Berlin pela República Democrática da Alemanha, a cortina de ferro<sup>12</sup> efectiva, separando o Leste do Ocidente da Europa, mas também dividindo a cidade de Berlin e o povo Alemão. O mesmo Muro que, apenas vinte e oito anos depois, na noite de 9 para 10 de Novembro de 1989 foi derrubado.

Com efeito, a Alemanha desempenhou um papel fundamental na Guerra-Fria, sobretudo enquanto palco estratégico da competição político-militar e económico-social existente entre os EUA e a URSS, o que em boa medida se ficou a dever à sua localização no centro do espaço europeu. Daí que a Alemanha – com

---

<sup>10</sup> Abrangia: húngaros, checos, eslovacos, croatas, eslovenos, polacos, romenos, entre outros (Fischer, 2007:52 e 53).

<sup>11</sup> O espaço pertencente à ex-RDA enfrentou uma situação de subdesenvolvimento económico sobretudo se comparado com o restante espaço da Alemanha, o que era visível na ausência de infra-estruturas e indústrias com capacidade para competir, na falta de mão-de-obra qualificada perdida para o Ocidente aquando da existência do Muro, na população envelhecida, na baixa natalidade e no elevado desemprego. Esta é uma situação que ainda hoje a Alemanha se esforça por ultrapassar. “O Fracasso económico da reunificação alemã”, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,1724454,00.html> (Consultado a 18 de Junho de 2012).

<sup>12</sup> Expressão utilizada pela primeira vez por Winston Churchill (1874-1965) a 5 de Março de 1946, para se referir ao domínio político-militar, ideológico e económico-social que a Europa de Leste vivia sob o domínio da União Soviética.

especial destaque para a cidade de Berlim – se tenha tornado num símbolo da divisão e do conflito bipolar existente entre 1947-1989/1991<sup>13</sup>.

A construção do Muro resultou da necessidade de conter o êxodo de cidadãos da RDA para a RFA que se vinha a acentuar desde a década de 50 em virtude da ocupação e controlo soviético e da, daí decorrente, insatisfação política e económica. Aliás, na sequência da revolta de Berlim Oriental, ocorrida a 17 de Junho de 1953, o número de alemães que abandonaram a RDA atingiu os 331.000. Esta foi uma revolta que tendo começado ainda a 16 de Junho, resultou na realização de manifestações e greves pacíficas em nome de melhores condições de vida (como resultado do aumento do custo dos produtos alimentares, da redução salarial e da política de construção planeada do socialismo de acordo com a qual se previa: a colectivização da agricultura e o desenvolvimento acelerado da indústria pesada, bem como – ainda – o pagamento de reparações de guerra<sup>14</sup>), de liberdade e democracia (e, portanto, tratava-se de uma renúncia ao governo soviético da RDA), da organização de eleições livres e, por fim, da reunificação da Alemanha. Uma revolta a que o governo da RDA e o exército soviético aí estacionado terão respondido com o avanço de tanques e militares armados contra os manifestantes, traduzindo-se tal num elevado número de mortos, feridos e presos.

Perante esta situação de fuga de Alemães de Leste, que significaria uma perda de médicos, engenheiros e outros profissionais necessários: *“Khrushchëv (...) argued that the German Democratic Republic ‘had yet to reach a level of moral and material development where competition with the West was possible’ (...). He wanted to show that the USSR was capable of defending its interests under his guidance.”*<sup>15</sup> (Service, 2003:374). E, por conseguinte, verificou-se a construção do Muro no ano de 1961, de forma a conter a fuga dos Alemães de Leste, mas também enquanto demonstração de poder da URSS como uma das Grandes Potências vitoriosas saídas da II Guerra Mundial: *“Moscow felt it had a legitimate right to intervene unilaterally in Germany to protect its interests”*<sup>16</sup> (Larrabee, *apud*, Holloway & Sharp, 1984:113), e na sua qualidade de Superpotência em competição com os EUA.

A URSS estava interessada em manter dividido o Poder Alemão, de forma a enfraquecê-lo e a afastar a possibilidade de reunificação do Estado e sua consequente aliança à esfera Ocidental – que no que respeita à Alemanha Ocidental já se parecia estar a verificar –, motivo pelo qual, a 20 de Setembro de 1955, a URSS reconheceu total soberania à RDA<sup>17</sup>.

<sup>13</sup> Ano da implosão da URSS.

<sup>14</sup> À URSS.

<sup>15</sup> Tradução da autora: Khrushchëv (...) defendeu que a República Democrática da Alemanha ‘tinha ainda de atingir um nível de desenvolvimento moral e material que possibilitasse a competição com o Ocidente’ (...). Ele queria demonstrar que a URSS era capaz de defender os seus próprios interesses”. (Service, 2003:374)

<sup>16</sup> Tradução da autora: “Moscow sentiu que tinha o legítimo direito de intervir unilateralmente na Alemanha para proteger os seus interesses”. (Larrabee, *apud*, Holloway & Sharp, 1984:113)

<sup>17</sup> Após os Acordos de Bonn, celebrados a 26 de Maio de 1952 entre os EUA, a Grã-Bretanha e a França e a RFA, e de acordo com os quais se punha fim ao estatuto da ocupação da RFA, sendo-lhe devolvidos os direitos de Estado Soberano embora com algumas restrições que apenas teriam

Por sua vez, em virtude da ameaça crescente que o avanço da URSS representava no espaço europeu – o que ia ao encontro do que em 1943 Halford Mackinder (1861-1947)<sup>18</sup>, em *The Round World and the Winning of the Peace*, havia defendido<sup>19</sup> –, encontrando-se este económica e socialmente debilitado, e estando à mercê de riscos de ordem política e securitária, os EUA, a Grã-Bretanha e a França, viram-se forçados a abandonar a divisão e o enfraquecimento da Alemanha, para lhe dar a possibilidade desta se constituir como unidade económica e integrar o processo de reconstrução e recuperação económica do espaço europeu.

Para tal, a 5 de Junho de 1947, o Secretário de Estado Norte-Americano George Marshall declarou que os EUA pretendiam apoiar o esforço de recuperação europeia, mediante um plano de ajuda económico-financeiro – conhecido como o Plano Marshall – que seria repartido entre os Estados europeus na condição de que estes teriam uma actuação e gestão conjunta e unida entre si do Atlântico aos Uruais. Dá-se, assim, a criação da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE), com a assinatura da Convenção de Paris a 16 de Abril de 1948, como uma organização europeia responsável pela criação de condições para o desenvolvimento das relações económicas e comerciais entre os países europeus no pós II Guerra Mundial. Ainda nesse ano, a 18 de Julho, verificou-se uma reforma monetária na Alemanha Ocidental com a substituição do *Reich Mark* pelo *Deutsch Mark*, pelo que para além de uma divisão política, passaria a existir entre as duas Alemanhas uma divisão económica. E, assim sendo, será igualmente de referir a criação do Conselho para a Assistência Económica Mútua (COMECON) – em 1949 – uma iniciativa Soviética como resposta ao plano de ajuda económico-financeiro Americano, integrado pela própria URSS, pela RDA, pela Checoslováquia, pela Polónia, pela Bulgária, pela Hungria, pela Mongólia, por Cuba e pelo Vietname.

O ano de 1949 foi um ano de viragem, já que: a 23 de Maio, havia sido promulgada a sua Lei Fundamental<sup>20</sup>, na cidade de Bonn, assente no federalismo, no liberalismo e no parlamentarismo, sendo que qualquer alteração a esta teria de ser aprovada primeiramente pelos Aliados; a 7 de Setembro, terminou o regime de tutela a que a Alemanha estava submetida desde o fim da II Guerra Mundial e, conseqüentemente, a 15 de Setembro, após a realização de eleições livres, Kon-

---

termo primeiro com a criação da União da Europa Ocidental e com a integração da RFA na NATO e, depois, com a reunificação do Estado Alemão em 1990.

<sup>18</sup> O primeiro grande sistematizador do Poder Terrestre, embora na sua obra o que ressalte sempre é a sua preocupação por conhecer com exactidão de onde vem o Poder Terrestre para, assim, o denunciar ao Poder Marítimo e permitir que este tome medidas que contenham, controlem ou até destruam a ameaça que o Poder Terrestre constitui (Almeida, 1990: 155).

<sup>19</sup> Considerava que lutando em duas frentes simultaneamente, a Alemanha capitularia, sendo que uma nova potência terrestre surgiria no fim da Guerra, a União Soviética. Neste contexto, a actualização de Mackinder chamava a atenção para a necessidade de existir uma cooperação entre os EUA, o Reino Unido e a França, de forma a conter o avanço da “ameaça soviética” na Europa.

<sup>20</sup> O poder legislativo encontrava-se partilhado entre o *Bundestag* (eleito por quatro anos em sufrágio universal) – que escolheria depois o Chanceler Federal – e o *Bundesrat* (Conselho Federal, onde estariam representados os *Länder* com direito de veto). Criou-se igualmente o Tribunal Federal Constitucional, de forma a garantir o respeito pela Constituição.

rad Adenauer (1876-1967)<sup>21</sup> tornou-se Chanceler; a 22 de Novembro, assinou-se o Acordo de Petersberg, de acordo com o qual a produção do Ruhr<sup>22</sup> ficaria a ser controlada por uma Autoridade Internacional<sup>23</sup>, já criada a 28 de Abril de 1949 e composta por representantes dos EUA, da Grã-Bretanha, da França e dos países do Benelux<sup>24</sup>. A assinatura deste Acordo permitiu à RFA abrir representações no exterior e voltar ao sistema internacional, integrando-se em organizações internacionais e regionais.

Assim sendo, a RFA tornou-se membro da OECE, a 31 de Outubro de 1949, e foi convidada a integrar como membro associado o Conselho da Europa<sup>25</sup>, a 31 de Março de 1950. A 18 de Abril de 1951, e sob a direcção de Jean Monnet (1888-1979), foi assinado em Paris, um Tratado – por um período de cinquenta anos – que deu origem à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), cujo objectivo<sup>26</sup> era colocar a produção franco-alemã do carvão e do aço – sectores de actividade estratégicos para qualquer guerra – sob o controlo de uma Alta Autoridade Comum na qual participariam não apenas a França e a Alemanha<sup>27</sup>, como também a Itália, a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo.

A 5 de Maio de 1955, tendo sido declarado o fim do regime de ocupação, a RFA tornou-se finalmente um Estado soberano<sup>28</sup>. A 9 Maio do mesmo ano, passou a integrar a NATO<sup>29</sup>, existente desde 1949, como uma aliança político-militar destinada a garantir a segurança dos Estados da esfera Ocidental, sendo constituída pelos próprios EUA, a Grã-Bretanha, a França, os países do Benelux, o Canadá, a Dinamarca, a Islândia, a Itália, a Noruega e Portugal. Como resposta à criação da NATO e, principalmente, à inclusão da RFA nesta organização regional, a URSS respondeu com a criação do Pacto de Varsóvia no mesmo mês e ano

<sup>21</sup> Chanceler da RFA até 1963. Foi responsável pela adopção de uma Política Externa de *Westbindung* [ligação ao Ocidente], baseada na existência de duas relações bilaterais essenciais: uma com a França (é aqui que se dá o início do processo de construção europeia, através da constituição da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 1951, e o aparecimento da Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1957) e outra com os EUA (integrando a NATO), de forma a recuperar fundamentalmente a soberania política da RFA.

<sup>22</sup> Representava 40% da produção total industrial do país. “1949: Alemanha se aproxima dos Aliados”, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,333322,00.html> (Consultado a 24 de Junho de 2012).

<sup>23</sup> Estava, assim, impedida a livre utilização de siderurgia e das minas de carvão até 1951, ano em que se verificou criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço.

<sup>24</sup> Isto é, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

<sup>25</sup> Que havia sido criado a 5 de Maio de 1949, em Estrasburgo, como uma organização de cooperação europeia no plano político, cujos objectivos visavam sobretudo: a defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático dos Estados e a garantia da estabilidade político e social no espaço europeu.

<sup>26</sup> Inspirado na Declaração de 9 de Maio de 1950 proferida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês, Robert Schuman (1886-1963), oriundo de uma família da Lorena.

<sup>27</sup> Criando-se, deste modo, uma base económica comum entre estes dois seculares rivais europeus e demais Estados participantes e, por conseguinte, afastando-se a possibilidade da França e da Alemanha regressarem às querelas constantes que haviam decorrido entre si desde o século XVII.

<sup>28</sup> Integrando já, desde 1954, a União da Europa Ocidental (UEO) através dos Acordos de Paris. A UEO correspondia a uma organização de defesa europeia, constituída inicialmente (em 1948) pela França, Grã-Bretanha, Bélgica, Holanda e Luxemburgo.

<sup>29</sup> Ou OTAN na sigla portuguesa. Trata-se da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

e, conseqüente, inclusão da RDA juntamente com mais seis governos de regime comunista (para além da própria URSS), como sejam: a Albânia<sup>30</sup>, a Bulgária, a Checoslováquia, a Hungria, a Polónia e a Roménia.

Estavam, deste modo, criados os dois blocos político-ideológicos e económico-sociais que dividiram o mundo, mas sobretudo a Europa, dando origem à Guerra-Fria e a um sistema internacional bipolar. A partir de 1961, com a construção do Muro de Berlim, também o espaço alemão ficou fisicamente dividido entre as duas esferas de influência, por iniciativa unilateral da URSS. Uma iniciativa que apanhou tanto o povo Alemão de surpresa<sup>31</sup>, como os EUA, a França e a Grã-Bretanha e que, a 18 de Agosto de 1961, terá sido definida por Walter Ulbricht<sup>32</sup> (1893-1973) como um “Muro de protecção anti-fascista”, uma “medida de segurança” (Wernicke, 2009:5). Um Muro que terá feito, pelo menos, 125 vítimas na tentativa de atravessar a fronteira de Berlim Oriental para Berlim Ocidental<sup>33</sup>.

## 2. Vinte e oito anos depois: a queda do Muro.

A 27 de Junho de 1989 o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Hungria, Gyula Horn (1932-), e o seu homólogo austríaco, Alois Mock (1934-), abriram a primeira fenda no arame farpado que separava os dois Estados, tendo sido este um pequeno-grande acontecimento com impacto na questão Alemã. Sobretudo, porque por volta de 1 de Julho, mais de 25 mil Alemães da RDA de Erich Honecker<sup>34</sup> (1912-1994) tinham decidido ir “de férias” para a Hungria e para a Áustria, onde se dirigiam às Embaixadas da RFA e pediam asilo.

Mais tarde, em meados de Julho, Mikhail Gorbachev<sup>35</sup> (1931-) manifestou a sua oposição à Doutrina Brejnev<sup>36</sup>. Afirmando, alguns meses depois, que todos os países europeus eram livres de escolher o seu modelo social e político, estando excluída a utilização da força militar entre o Leste e o Ocidente, o que ficou conhecido como a Doutrina Sinatra numa alusão à música *My Way* [A minha

---

<sup>30</sup> Que se retira em 1968.

<sup>31</sup> “Com a maioria da cidade adormecida, foram os trabalhadores nocturnos, os noctívagos profissionais de Berlim, quem primeiro se apercebeu de que a fronteira entre o Leste e o Ocidente estava a ser fechada: trabalhadores dos transportes, polícias e jornalistas.” (Taylor, 2007:213).

<sup>32</sup> Foi Chefe de Estado da RDA entre 1960 e 197, tendo sucedido a Wilhelm Pieck que esteve no cargo entre 1949 e 1960.

<sup>33</sup> “Muro de Berlim fez pelo menos 125 vítimas”, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,2128366,00.html> (Consultado a 24 de Junho de 2012).

<sup>34</sup> Presidente da RDA entre 1976 e 1989, sucedendo a Willi Stoph (1914-1999) que mais tarde, de 1976-1989, foi chefe de governo da RDA.

<sup>35</sup> Foi o último dirigente da URSS, sucedeu a Konstantin Chernenko (1911-1985) em 1985.

<sup>36</sup> Também conhecida como Doutrina da Soberania Limitada. De acordo com esta Doutrina, criada por Leonid Brejnev (1906-1982) na década de 60, afirmava-se o direito de violar a soberania dos Estados-satélite da Europa de Leste comunista (integrados no Pacto de Varsóvia), sempre que se entendesse que estes Estados estavam a colocar em causa o comunismo. Numa aplicação efectiva desta Doutrina, perante a Revolução Húngara (1956) e a Primavera de Praga (1968) – servindo este último episódio como pano de fundo à obra *A Insustentável Leveza do Ser* (1984) de Milan Kundera – a URSS respondeu com a entrada do exército vermelho no território destes Estados, num misto de pressão militar com pressão política.

maneira] do cantor Norte-Americano Frank Sinatra.

Também no Verão de 1989, o movimento não comunista Solidariedade venceu as eleições na Polónia – parcialmente livres – tendo conseguido conquistar todos os lugares a que teve a possibilidade de concorrer na Assembleia dos Deputados e obtendo 99 dos 100 lugares do Senado. Em Setembro, tomou posse o primeiro governo não-comunista da Polónia desde o pós II Guerra Mundial. E, deste modo, iniciou-se um conjunto de revoluções no Leste europeu que se traduziria na deposição dos governos comunistas<sup>37</sup> e que culminaria, posteriormente, na implosão da União Soviética e no fim da Guerra-Fria.

Entretanto, e para além da fronteira Hungria-Áustria, as cidades de Praga e de Varsóvia começaram a receber refugiados da Alemanha de Leste. Honecker continuava, apesar de tudo, a repetir que o Muro duraria cem anos até que, por motivos de saúde e em virtude da pressão dos acontecimentos que até aqui temos vindo a referir, acabou por ser forçado a afastar-se. De referir ainda que em Janeiro de 1989, havia Alemães de Leste que se tinham igualmente refugiado na Representação Permanente da RFA<sup>38</sup> em Berlin de Leste.

A 9 de Outubro de 1989, os Alemães que se costumavam reunir em orações na Nikolaikirche [Igreja de São Nicolau] em Leipzig, tornada um importante ponto de reunião da oposição às Segundas-feiras<sup>39</sup>, organizaram-se numa manifestação popular pacífica que juntara 70 mil pessoas<sup>40</sup> “todos com velas nas mãos” em oração. “Velas simbolizam o “não” à violência, pois para segurar uma vela você precisa das duas mãos, senão a vela se apaga”, de acordo com Christian Führer (2009)<sup>41</sup>. Perante este acontecimento, com velas e orações, o exército vermelho não compareceu.

Semanalmente, e sempre às Segundas-feiras, prosseguiram as manifestações pacíficas dos Alemães de Leste descontentes, em Leipzig. A 4 de Outubro, verificou-se uma nova manifestação na cidade de Berlin, exigindo a libertação dos presos políticos, o fim das investigações de carácter político e a realização de eleições livres por voto secreto de acordo com os princípios da Carta das Nações

<sup>37</sup> Nomeadamente: na Polónia, na Hungria, na Checoslováquia, na Bulgária e na Roménia.

<sup>38</sup> Cuja existência se ficou a dever à *Ostpolitik* [Política a Leste] levada a cabo pela RFA, tendo como Chanceler Willy Brandt, entre 1969 e 1974. Tratava-se de uma Política Externa destinada à aproximação diplomática da RFA aos países de Leste, nos quais se encontrava a RDA e a própria URSS, em contraste com aquilo que tinha sido a Doutrina Hallstein (de acordo com a qual a RFA não reconhecia a RDA como um outro Estado alemão, nem estabelecia relações diplomáticas com outros Estados que reconhecessem a soberania da RDA, excepção feita para o caso da URSS, uma das duas Superpotências constituinte do sistema internacional Bipolar da Guerra-Fria). Daí que, em 1972, se tenha estabelecido um Tratado Básico entre a RFA e a RDA, em que ambas se reconheciam como entidades políticas autónomas e prometiam resolver as disputas através de meios pacíficos.

<sup>39</sup> Desde 1982.

<sup>40</sup> A 16 de Outubro de 1989, realizou-se novamente em Leipzig a mesma manifestação pacífica, contendo cerca de 120 mil pessoas (Taylor, 2007:486).

<sup>41</sup> Em entrevista ao *Deutsche Welle*. “Nós somos o povo! – os protestos em Leipzig e a queda do muro”, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,3881944,00.html> (Consultado a 22 de Junho de 2012).



Unidas<sup>42</sup> e do Acordo de Helsínquia<sup>43</sup> de que a RDA era signatária.

No dia 30 de Outubro de 1989, tendo sido apresentado um “Relatório sobre a Situação Económica da RDA e Respectivas Consequências”, organizado por uma equipa de cinco elementos dirigida por Gerhard Schürer (1921-2010) – Presidente da Comissão Estatal de Planeamento – ao *Politbüro*<sup>44</sup>, ficou a conhecer-se em que condição se encontrava a economia da Alemanha Oriental: o país aproximava-se da bancarrota, a dívida do Estado tinha ascendido aos cento e vinte e três mil milhões de marcos Ocidentais em 1988 – em contraste com os doze biliões de marcos de dívida existentes no ano de 1970 –, as dívidas directas a Estados Ocidentais e a bancos aumentara de dois mil milhões para quarenta e nove mil milhões de marcos em igual período. As instalações industriais podiam, efectivamente, ser classificadas como sucatas, plenas de máquinas arcaicas, sendo que metade das infra-estruturas dos transportes se encontrava mesmo em decadência. Em síntese, para se evitar um ainda maior endividamento, a solução passaria por baixar o nível de vida, em cerca de 25 a 30%, o que associado ao crescente descontentamento social, tornaria a RDA ingovernável, pelo que a 1 de Novembro, Egon Krenz (1937-)<sup>45</sup>, dirigiu-se a Moscovo expondo a situação a Gorbachev. Contudo, “Gorbachev não era Kruchtchev, que acabara sempre por abrir os cordões à bolsa para salvar a RDA”, tendo-se recusado a ajudar financeira e economicamente o regime, e Krenz voltou a Berlim Oriental na mesma situação em que partira para Moscovo<sup>46</sup>: “de mãos vazias” (Taylor, 2007:489 e 491).

A 4 de Novembro, um Sábado, realizou-se uma nova manifestação em Berlim Leste, perto da sede do regime. Não houve qualquer intervenção militar ou policial a reprimir a manifestação. Pelo contrário, houve inclusivamente um conjunto de membros da liderança do *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands* [Partido Socialista Unificado da Alemanha] (SED), como Günter Schabowski (1929-), que participaram na manifestação ao lado dos manifestantes. Dois dias depois,

<sup>42</sup> A RDA ingressou, juntamente com a RFA, na Organização das Nações Unidas (ONU) no dia 18 de Setembro de 1973.

<sup>43</sup> Igualmente conhecida como Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa (CSCE) – um ponto de partida para a criação posterior da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE), resultou de um conjunto de encontros entre 1973 e 1975, nos quais a URSS conseguiu garantir essencialmente a não intervenção nos seus assuntos internos por qualquer outro Estado, a inviolabilidade das suas fronteiras e o respeito pela integridade territorial, a resolução de disputas por meios pacíficos e cooperantes, respeitando os princípios do Direito Internacional. Esta foi a primeira vez que os Estados da Europa de Leste, pertencentes ao Pacto de Varsóvia, foram reconhecidos como parte integrante do território soviético.

<sup>44</sup> Comité executivo, constituído tanto por membros do SED como do SPD (*Sozialdemokratische Partei Deutschland* – Partido Social-Democrata da Alemanha), era o responsável pela governação efectiva da RDA, na medida em que todas as decisões fundamentais eram tomadas neste Comité e só depois transmitidas aos Ministros que as aplicavam sectorialmente.

<sup>45</sup> Que sucedera a Erich Honecker em 1989, como Chefe de Estado da RDA.

<sup>46</sup> Em meados dos anos 80, e já sob a liderança de Mikhail Gorbachev, a URSS encontrava-se numa situação de enfraquecimento político e económico. Uma situação que Gorbachev tentou solucionar com a introdução da *Perestroika* (reestruturação económica) e da *Glansnot* (transparência política). No entanto, a URSS não apresentava quaisquer sinais de recuperação. Pelo contrário, crescia a impopularidade de Gorbachev entre a população da URSS e aumentavam as rupturas entre este e muitos dos elementos do Partido Comunista da URSS (Rego, 1999:88).

verificou-se uma nova manifestação em Leipzig, com cerca de meio milhão de cidadãos.

Nos dias 7 e 8 de Novembro, os membros do governo de Willi Stoph (1914-1999) demitiram-se, acompanhados dos membros do *Politbüro* que repetiram o gesto em massa. O êxodo de Alemães da RDA para os Estados vizinhos era crescente, pelo que na manhã de 9 de Novembro, surgiu um artigo no *Neues Deutschland*<sup>47</sup> [Nova Alemanha], segundo o qual se pedia aos Alemães de Leste que ficassem na sua pátria, e contrariassem a tendência diária de abandono massivo de milhares de cidadãos, que contribuíam para a diminuição da esperança, daqueles que ficavam, na renovação da vida na RDA.

Nesse mesmo dia, mas ao fim da tarde, Schabowski, o porta-voz do Comité Central para os *media*, membro<sup>48</sup> e Secretário-Geral<sup>49</sup> do SED e membro do *Politbüro*, leu, numa conferência de imprensa transmitida em directo para a RFA e para RDA, um documento contendo regulamentação que apenas entraria em vigor no dia 10 de Novembro, cujo conteúdo reproduzimos seguidamente:

“1. O decreto de 30 de Novembro de 1988 acerca das deslocações ao estrangeiro dos cidadãos da RDA deixará de se aplicar até que novas leis de viagem entrem em vigor.

2. Entra imediatamente em vigor a seguinte regulamentação temporária e de transição para deslocações ao estrangeiro e saída permanente da RDA:

a) Os pedidos individuais de autorização para deslocações ao estrangeiro podem agora ser feitos sem obrigatoriedade de apresentação de documentos prévios (que demonstrem a necessidade da deslocação ou provem a existência de relações familiares). As autorizações de deslocação ao estrangeiro serão concedidas num curto período de tempo. E só casos especiais poderão justificar a sua recusa.

b) Os departamentos responsáveis pelo controlo de registos e passaportes, situados nas delegações regionais da Polícia Popular da RDA<sup>50</sup>, têm instruções para emitir autorizações de saída permanente sem demora e sem que seja necessário apresentar os documentos prévios para a emissão das ditas autorizações. É também possível requer autorizações de saída permanente nos departamentos de assuntos internos [das zonas administrativas ou das câmaras municipais].

c) As saídas permanentes podem ser efectuadas através de todos os postos fronteiriços da RDA na fronteira com a RFA e Berlin (Occidental).

d) Termina a prática temporária de emitir autorizações (de viagem) através dos consulados da RDA e autorizações de saída permanente mediante a apresentação de apenas um bilhete de identidade da RDA através de países terceiros.

3. O comunicado à imprensa correspondente, no qual se explicará a regulamentação temporária e de transição, será emitido no dia 10 de Novembro.

Responsável: Porta-voz governamental do Conselho de Ministros da RDA (Taylor, 2007:498-499)”.

<sup>47</sup> Trata-se de um jornal alemão de publicação diária, fundado em 1946, enquanto jornal oficial do SED.

<sup>48</sup> Desde 1952.

<sup>49</sup> Desde 1985.

<sup>50</sup> Ou, dito de outro modo, pela Stasi.

Uns minutos depois, um jornalista<sup>51</sup> questionou Schabowski acerca de quando é que aquela regulamentação havia entrado em vigor, sendo que este lhe terá respondido que a mesma passaria a vigorar de imediato. Em virtude desta comunicação e subsequente resposta ao jornalista, vários Alemães de Leste – entre quinhentos e mil – começaram a amontoar-se na fronteira interna de Berlim, pressionando os guardas da fronteira para que os deixassem passar. As ordens com indicação dos procedimentos a tomar pelos guardas não foram dadas até que:

“Entre a uma e as duas da manhã, torrentes humanas vindas do Leste e do Ocidente abrem caminho através do Muro, na Porta de Brandeburgo. (...) As pessoas sobem para cima do Muro, para pular, dançar e gritar a plenos pulmões, numa sensação de escape, libertação e prazer. (...) Uma das revoluções mais rápidas e menos sangrentas da história.” (Taylor, 2007:503-504).

Esta foi a primeira vez, ao fim de vinte e oito anos, que voltara a ser permitido aos Alemães de Berlim Leste atravessar livremente a fronteira em direcção a Berlim Ocidental. O Muro tinha caído.

### III. Depois da queda do Muro de Berlim...

Ocorreu a 3 de Outubro de 1990, a *Deutsche Wiedervereinigung* [reunificação Alemã], sendo que foram marcadas eleições para 2 de Dezembro, a partir das quais Helmut Kohl (1930-) que fora Chanceler da RFA entre 1982 e 1990, obteve um novo mandato para Chanceler da Alemanha (re)unida de 1990 a 1998.

A divisão da Alemanha, que começara imediatamente no pós II Guerra Mundial: primeiro em 1945, com a partilha do seu espaço e a distribuição da sua soberania entre as quatro Grandes Potências – os EUA, a França, a Grã-Bretanha e a URSS<sup>52</sup> –; depois em 1949, na sequência do Bloqueio de Berlim<sup>53</sup>, mediante a criação de dois Estados Alemães – a República Federal da Alemanha e a República Democrática da Alemanha –, e, por fim, mediante a criação do Muro de Berlim em 1961 terminara, recuperando-se, com a restaurada unidade da Alemanha, a inquietação de muitos Estados europeus com o destino geopolítico e geoestratégico Alemão, especialmente dada a memória recente da participação da Alemanha nas duas Grandes Guerras Mundiais.

Aliás, regressado ao pós II Guerra Mundial, existiam duas perspectivas quanto ao futuro imediato da Alemanha: por um lado, submeter a Alemanha a

---

<sup>51</sup> Não existe consenso acerca da nacionalidade do mesmo. Taylor (2007:499) refere ter-se tratado de um jornalista Norte-Americano pertencente ao canal NBC, ao passo que um artigo da *Deutsche Welle* menciona ter-se tratado de um italiano: “1989: Cai o muro de Berlim”, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,4869441,00.html> (Consultado a 22 de Junho de 2012).

<sup>52</sup> Aparecimento de duas grandes zonas de influência no espaço alemão, a *Bizona* – uma de ocupação militar e administrativa sob tutela da URSS e outra sob tutela dos EUA e da Grã-Bretanha – através da Carta de Frankfurt, de 20 de Julho de 1946, a que se associaria em Julho de 1948 a França, dando origem à *Trizona*.

<sup>53</sup> Verificado de Junho de 1948 a Junho de 1949. Tratou-se de uma iniciativa dos soviéticos, que não aceitavam o estatuto de Berlim dividido em quatro zonas de ocupação nem a introdução do *Deutsche Mark* na Alemanha Ocidental, envolvendo a interrupção de todas as vias rodoviárias e terrestres. Os EUA reagiram a esta situação com a criação de uma ponte aérea para abastecimento de Berlim Oriental.

sanções, como já sucedera no fim da I Guerra Mundial com o *Diktat* de Versailles (1919)<sup>54</sup>, o que se confirmou ser errado; e pelo outro, e era esta a perspectiva dos Aliados, ocupar a Alemanha e reorganizar a sua estrutura política, de forma a que esta reassumisse a sua importância económica e demográfica e estabelecesse uma relação de cooperação com a França, e não propriamente de conflito como o que tinha sucedido até então.

Com efeito, a relação entre a Alemanha e a França caracterizou-se desde sempre pela disputa pelo domínio do espaço europeu. E essa disputa começou quando a Alemanha ainda não passava de um conjunto de Estados fragmentados e de Poder disperso entre si, e mais concretamente no século XVII<sup>55</sup>, a partir da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648), da Guerra de Sucessão Austríaca (1712-1786) e da Guerra dos Sete Anos (1756-1763). Continuando, depois, com a Guerra Franco-Prussiana (1870/1871), a partir da qual a Alemanha surgiu como Estado unificado e obteve as províncias da Alsácia e Lorena, ricas em matérias-primas como o carvão e o aço, necessárias à industrialização e que poderiam tornar o Estado que as possuísse num importante centro de Poder no espaço europeu<sup>56</sup>; e posteriormente, atingindo o ponto alto com a I e II Guerras Mundiais (1914-1945). Este diferendo de origem secular apenas cessaria com a constituição da CECA, na década de 50, dando início a um período de cooperação entre os dois Estados mantido até hoje e que se reflecte na existência da União Europeia.

Neste sentido, e no que respeita ao Poder Alemão, convém lembrar o que o geógrafo político Friedrich Ratzel (1844-1904) defendera: *“la position médiane est toujours très menacée; elle ne possède pas de frontières naturelles, ce qui lui confère généralement quelque chose d’incertain et de fluctuant.(...) La position médiane est généralement aussi une position close, du fait que l’État central se trouve pressé de tous côtés (...)*<sup>57</sup> “ (Ratzel, 1988, *apud* Fernandes 2011: 270-271) -. Deste modo, a

<sup>54</sup> De acordo com o qual se previa: consideráveis perdas territoriais para a Alemanha (de que destacamos, entre outros casos, as províncias da Alsácia e Lorena que deveriam ser devolvidas à França, que as perdera para a Alemanha na Guerra Franco-Prussiana de 1870-1871, com que se tinha verificado finalmente o surgimento da Alemanha como Estado unificado); duras cláusulas financeiras e económicas (salientamos a título exemplificativo, o facto da Alemanha ter ficado obrigada a dar preferência às importações e exportações dos Aliados. Perdia todas as suas patentes e os seus principais rios - Reno, Elba, Oder - foram internacionalizados. As minas do Sarre e da Alta Silésia deveriam ser cedidas à França e à Polónia, bem como entregues importantes quantidades de carvão e de coque à França, à Itália e à Bélgica); uma responsabilização Alemã pelo pagamento de reparações de guerra, pela supressão do seu armamento militar, do serviço militar obrigatório e ainda o estabelecimento de um número máximo de homens para as forças armadas. Não tendo sido autorizada a participar na Conferência que dera origem ao Tratado nem a discutir as conclusões daí resultantes, a Alemanha sentia-se humilhada.

<sup>55</sup> Pois até ao século XVI, a França havia estado concentrada no Atlântico e, mais concretamente, na rivalidade antiga que mantinha por um lado, com Espanha e, pelo outro, com a Grã-Bretanha. A rivalidade com os ingleses apenas acalmou com a reconquista do porto de Calais em 1558 por Francis de Lorraine II, Duque de Guise (1519-1563), seguida da assinatura do Tratado de Cateau-Cambrésis em 1559 (Zierer, 1978:49). O que se verifica a partir de então é uma necessidade de obter a hegemonia na Europa (Price, 2010:58).

<sup>56</sup> Como o defenderia Mackinder, em 1904, em *The Geographical Pivot of History*, tema da sua conferência na Sociedade Real de Geografia na cidade de Londres.

<sup>57</sup> Tradução da autora: “a posição mediana está sempre muito ameaçada; não possui fronteiras

Alemanha tinha a noção de que a ameaça provinha a Oeste da França e a Leste da Rússia, naquela que julgava ser uma insuficiente dimensão, constituindo-se como um enclave na Europa Central. A própria acção da Rússia no pós II Guerra Mundial: ao dividir e bloquear a Alemanha e Berlin, e ao construir, por fim, um Muro separando famílias e atentando contra todos os que ousassem atravessar essa mesma barreira<sup>58</sup>, demonstra e comprova isso mesmo.

Voltando, porém, à questão da reunificação da Alemanha esta resultava de: uma revolução democrática e pacífica – recordem-se as manifestações pacíficas e semanais em Leipzig, por exemplo, e o amontoamento de Alemães de Leste na fronteira de Berlin Oriental pressionado, também pacificamente, os guardas fronteiriços para que os deixassem atravessar a fronteira e o Muro, na sequência da conferência de imprensa dada por Schabowski no fim da tarde do dia 9 de Novembro de 1989 –; uma negociação e acordo entre as quatro Grandes Potências EUA, URSS, França e Grã-Bretanha, juntamente com a RFA e a RDA – *Der Zwei-Plus-Vier Vertrag* [o Acordo Dois-Mais-Quatro]; de relações pacíficas e estáveis com os Estados vizinhos, destaque para a França, com quem a Alemanha mantivera uma centenária disputa no (e pelo) espaço europeu; e da integração em numerosas alianças e organizações internacionais e regionais, como a União Europeia e a NATO.

A reunificação Alemã dera, finalmente, origem a um Estado federal e democrático, conforme consta no artigo 20.º da *Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland* [Constituição da República Federal da Alemanha]<sup>59</sup> que se tem mantido desde 1990 até ao presente ano de 2012: exactamente com as mesmas fronteiras; empenhado no aprofundamento do processo de construção europeia enquanto modelo para a cooperação e integração, uma vez que a Alemanha continua a ser o seu motor<sup>60</sup>; comprometido com os valores da paz, segurança e estabilidade, promovendo o desarmamento e a não proliferação nuclear; e maximizando as

---

naturais, o que lhe confere geralmente qualquer coisa de incerto e flutuante. (...) A posição mediana é geralmente também uma posição fechada, o que faz com que o Estado central se sinta pressionado de todos os lados (...). (Ratzel, 1988, *apud* Fernandes 2011: 270-271).

<sup>58</sup> O Muro de Berlin tinha uma extensão de mais de 100 quilómetros e uma altura de até 4, 20 metros. Do lado de Berlin Oriental existia aí uma faixa de segurança, também conhecida como “faixa da morte”, que chegava a ter até 100 metros de largura, onde os guardas da RDA tinham autorização para “atirar a matar”, usando todos os recursos disponíveis, contra todos os que tentassem uma fuga. Existiam ainda as torres de vigilância, os *bunkers*, sensores de movimento, cães de guarda, minas terrestres e vários holofotes, bem como uma vala anti-veículos, situada entre o Muro e a “faixa da morte”. Antes dessa faixa, existiam também uma vedação de aviso. Para além do Muro e de todo o “aparelho de segurança” nele existente, é igualmente de referir a criação do Serviço de Inteligência e de Segurança da Alemanha de Leste, a *Staatssicherheit* (STASI) [Segurança do Estado], nos anos 50, cujo principal objectivo assentava no controlo e vigilância de vários aspectos da vida dos alemães de Leste, tendo em atenção a protecção e defesa do regime soviético na RDA. A STASI conseguiu, com frequência, detectar e interceptar planos de fuga de cidadãos da Alemanha de Leste, prendendo e torturando-os psicologicamente.

<sup>59</sup> *Deutscher Bundestag* [Parlamento Federal] (2010) “Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland”, disponível em: <https://www.btg-bestellservice.de/pdf/10060000.pdf> (Consultado a 25 de Junho de 2012).

<sup>60</sup> O que não quer dizer que se deva descurar o papel que o eixo franco-alemão tem desempenhado desde a origem da União Europeia.

oportunidades oferecidas pela globalização para que todos dela beneficiem<sup>61</sup>.

## 1. Linhas Fundamentais da Estratégia Internacional das Grandes Potências quanto à questão Alemã

Analisaremos em seguida as linhas fundamentais da estratégia levada a cabo pelas quatro Grandes Potências vencedoras do pós II Guerra Mundial: EUA, URSS, França e Grã-Bretanha no respeitante à questão Alemã, com especial ênfase no período imediato à queda do Muro de Berlim. As mesmas quatro Grandes Potências cujo entendimento possibilitou a concretização da *Wiedervereinigung* Alemã, em 1990, como resultado de um conjunto de diligências que foram sendo tomadas desde a queda do Muro, e que culminaram na assinatura do “*Der Zwei-Plus-Vier Vertrag*” entre estas e as duas Alemanhas.

### 1.1. Os EUA: um apoio permanente

Enquanto Superpotência em disputa com a URSS no sistema bipolar da Guerra Fria, os EUA foram o Estado que maior indignação demonstrou para com esta separação física entre o Ocidente e o Leste do espaço europeu, ao longo do período em que a Alemanha esteve dividida pelo Muro: especialmente através do discurso do Presidente J.F.Kennedy (1917-1963)<sup>62</sup>, a 26 de Junho de 1963 e, do Presidente Ronald Reagan (1911-2004)<sup>63</sup>, a 12 de Junho de 1987.

Neste seu discurso, conhecido como “*Ich bin ein Berliner*”<sup>64</sup>, Kennedy chamou à atenção para o que se passava em Berlim enquanto reflexo de um mundo dividido em dois blocos, criticando a construção do Muro de Berlim pela esfera comunista para que, assim, prevenisse e colocasse termo à fuga de alemães do Leste para o Ocidente, onde existiam a democracia, a liberdade e o progresso económico – conhecido como *Wirtschaftswunder* [o milagre económico], na RFA dos anos 50/60 – que tanto orgulho lhe causavam ao ponto de se considerar mesmo um berlinense – “*Ich bin ein Berliner*” –.

O Muro, dizia Kennedy, era a mais evidente demonstração do fracasso do sistema comunista, constituindo-se como uma ofensa contra a história e contra a humanidade ao dividir e separar famílias, bem como um povo que desejava manter-se unido. Por isso, sendo a liberdade indivisível e estando o povo Alemão separado pelo Muro, Kennedy não se sentia livre – a liberdade não se pode dividir –, ansiando tal como os demais berlinenses pelo dia em que a cidade de Berlim voltaria a estar unida num mundo de paz e esperança.

Vinte e quatro anos depois de Kennedy, novamente em Berlim, Reagan re-

---

<sup>61</sup> Tal como defendido pelo seu Ministro Federal dos Negócios Estrangeiros, Guido Westerwelle, num discurso apresentado a 21 de Outubro de 2010, no Conselho Alemão para as Relações Externas. “Grundsatzrede von Bundesaußenminister Westerwelle bei der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik, 21.10.2010”, disponível em: [http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/AktuelleArtikel/101021-BM-dgap-grundsatzrede\\_node.html](http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/AktuelleArtikel/101021-BM-dgap-grundsatzrede_node.html) (Consultado a 25 de Junho de 2012).

<sup>62</sup> Presidente dos EUA entre 1961 e 1963.

<sup>63</sup> Presidente dos EUA entre 1981 e 1989.

<sup>64</sup> Tradução da autora: “Sou um berlinense”. Kennedy (1963), “*Ich bin ein Berliner*”, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3022166.stm> (Consultado a 22 de Junho de 2012).

forçou a mensagem de que existia apenas uma cidade de Berlin e de que a questão Alemã permanecia em aberto do mesmo modo que permanecia por resolver a liberdade para toda a humanidade. Reagan referiu-se ao renascimento político e económico testemunhado no Ocidente, destacando a situação do milagre económico da Alemanha que se havia traduzido, entre os anos 50 e 60, num aumento do nível de vida da Alemanha e de Berlin Ocidental: destaque para a existência de várias universidades, locais de música, teatros e museus em contraste com aquilo que se passava no mundo comunista, onde se via o fracasso, o atraso tecnológico, o declínio dos padrões de saúde e a falta de bens alimentares. Até porque a URSS já não tinha como se alimentar a si própria.

Assim sendo, e se Gorbachev procurava paz, prosperidade para a União Soviética e para o Leste da Europa, e liberalização –: “*Mr. Gorbachev, open this gate! Mr. Gorbachev, tear down this fall!*”<sup>65</sup>. O essencial era a liberdade. Na idade de redobrado crescimento económico, da informação e da inovação, a URSS enfrentava uma escolha: ou fazia mudanças fundamentais ou iria tornar-se obsoleta.

O objectivo dos EUA, juntamente com a França e a Grã-Bretanha, era tornar a cidade de Berlin uma das grandes cidades do mundo, preparando-a inclusivamente para encontros internacionais. Por fim, terminou o discurso mencionando umas palavras que se encontravam escritas no Muro: “*This wall will fall. Beliefs become reality.*”<sup>66</sup>

E efectivamente, dois anos depois, o Muro caiu na sequência do equívoco de Schabowski, cuja mensagem rapidamente se propagou entre os meios de comunicação social e daí para a população Alemã, confirmando a importância da comunicação social – como quarto Poder – na era da informação, a que Reagan já se referira no seu discurso de 1987.

Os EUA mantiveram a sua posição de apoio à Alemanha, sendo que quando Helmut Kohl contactou o Presidente George Bush (1924-)<sup>67</sup> para lhe anunciar o sucedido, alguns meses depois do seu discurso em Mainz<sup>68</sup>,

“*«La chaleur de son amitié pour nous, Allemands, transparaisait. Je lui racontai la manifestation devant la Kaiser-Wilhelm-Gedächtniskirche. J’y avais expréssément remercié les États-Unis pour leur action en faveur de la liberté de Berlin et déclaré, sous les applaudissements du public, que, sans l’engagement des États-Unis, ce jour n’aurait jamais eu lieu. George Bush nous souhaite beaucoup de succès avec la bénédiction de*

---

<sup>65</sup> Tradução da autora: “ Senhor Gorbachev, abra estas portas [referindo-se às portas de Brandenburg]! Senhor Gorbachev, derrube este muro!”. Reagan (1987). “Remarks on East-West Relations at Brandenburg Gate in West Berlin”, disponível em: <http://www.reagan.utexas.edu/archives/speeches/1987/061287d.htm> (Consultado a 25 de Junho de 2012).

<sup>66</sup> Tradução da autora: “ Este muro irá cair. As crenças tornam-se realidades.” Reagan (1987). “Remarks on East-West Relations at Brandenburg Gate in West Berlin”, disponível em: <http://www.reagan.utexas.edu/archives/speeches/1987/061287d.htm> (Consultado a 25 de Junho de 2012).

<sup>67</sup> Presidente dos EUA (cargo que manteve até 1993), tendo sucedido a Reagan em 1989.

<sup>68</sup> A 31 de Maio de 1989. “A Europe whole and free”, disponível em: <http://usa.usembassy.de/etexts/ga6-890531.htm> (Consultado a 25 de Junho de 2012).

*Dieu*»<sup>69</sup>” (Kohl, 1996 :118-119).

Kohl e Bush mantinham um pelo outro não apenas uma estima política recíproca, como também uma profunda simpatia pessoal (Kohl, 1996:155), o que se reflectiu no modo como o processo de reunificação foi conduzido. Todavia, tal não impedia que os EUA mantivessem uma estratégia própria em nome dos seus interesses, no que à questão da reunificação dizia respeito, defendendo nomeadamente<sup>70</sup>: o direito à auto-determinação de todos os Alemães, o respeito pelo comprometimento da Alemanha tanto com a NATO como com a Comunidade Europeia, a conformidade com os direitos e as responsabilidades dos Aliados e, por fim, a intangibilidade das fronteiras (Kohl, 1996:159). Convém destacar que a permanência de uma Alemanha unida na NATO constituía um aspecto essencial para os EUA, um indispensável vínculo transatlântico ao assegurar de modo institucionalizado a presença dos EUA na Europa<sup>71</sup>.

## 1.2. A URSS: a primeira e a última palavra

A URSS influiu directamente no modo como era conduzida a política da RDA no pós II Guerra Mundial: com o bloqueio de Berlim em 1948/1949; a constituição da RDA em 1949; a entrada dos tanques Soviéticos em Berlim como resposta às manifestações de 1953; e por fim, a construção do Muro em 1961. A RDA era um Estado de modelo político, social e económico Soviético, integrante do Pacto de Varsóvia, beneficiadora do COMECON e, tendo ainda, a exercer funções no seu espaço a STASI, um Serviço de Segurança e *Intelligence* da Alemanha de Leste criado em 1950<sup>72</sup> e inspirado no modelo do Departamento de Segurança da União Soviética.

O grande objectivo da URSS para a Alemanha era evitar que esta recuperasse a sua unidade política, económica e social e, conseqüentemente, se integrasse nas instituições do bloco Ocidental, liderado pela Superpotência opositora da URSS em plena Guerra-Fria, os EUA, e se constituísse como uma aliada estratégica contra o bloco Soviético. Daí que, em 1952, Estaline tivesse proposto a reunificação da Alemanha que seria independente dos dois blocos<sup>73</sup>.

Quando Gorbachev se deslocou à RDA, nos dias 7 e 8 de Outubro de 1989, vários alemães gritaram à sua passagem na Unter den Linden, em Berlim: “Gorby, ajuda-nos! Gorby fica!”, tanto que Gorbachev terá tentado avisar os dirigentes políticos da Alemanha de Leste para a necessidade de realizar mudanças (Gaddis, 2007:246): “«[N]ão nos podemos atrasar, senão seremos punidos pela

<sup>69</sup> Tradução da autora: “«O calor da sua amizade por nós, Alemães, transparecia. Contei-lhe acerca da manifestação na Kaiser-Wilhelm-Gedächtniskirche. Aí tinha agradecido expressamente aos Estados Unidos pela sua acção em favor da liberdade e declarou, sob os aplausos do público, que, sem o comprometimento dos Estados Unidos, este dia jamais teria tido lugar. George Bush desejou-nos muito sucesso com a bênção de Deus »” (Kohl, 1996 :118-119).

<sup>70</sup> Conforme mencionou Bush na segunda cimeira NATO ocorrida em Bruxelas, a 4 de Dezembro de 1989.

<sup>71</sup> US Diplomatic Mission to Germany, “History of German-American relations: 1989-1994”, disponível em: <http://usa.usembassy.de/garelations8994.htm> (consultado a 30 de Junho de 2012).

<sup>72</sup> E extinto em 1990.

<sup>73</sup> Vaisse, 2005: 105.



vida». Mas, tal como o líder soviético referiu mais tarde: “ (...) « [o] camarada Erich Honecker considerava-se obviamente a autoridade máxima do socialismo, se não mesmo do mundo. Ele de facto já não percebia o que realmente se estava a passar». ” (Gorbachev, *apud*, Gaddis, 2007:246).

Neste contexto, perante a queda do Muro de Berlin, Gorbachev conta nas suas memórias que, no dia a seguir à noite da queda do Muro, se terá questionado do seguinte “ «como se poderia disparar contra Alemães que atravessavam a fronteira para se encontrar com outros Alemães do outro lado? Por isso a política tinha de mudar» ” (Gorbachev, *apud*, Gaddis, 2007:251).

Isto não queria, contudo, dizer que a URSS de Gorbachev não tivesse uma palavra a acrescentar sobre a reunificação da Alemanha propriamente dita e sobre a forma como esta deveria concretizar-se. Aliás, numa entrevista ao jornal *Pravda*, a 20 de Fevereiro de 1990, Gorbachev terá dito que a questão da reunificação da Alemanha não correspondia unicamente aos Alemães (Mitterrand, 1997:48).

No que lhe respeitava, a URSS aceitava a reunificação da Alemanha em troca da sua retirada da NATO e da consequente neutralidade, condições que não foram aceites por Kohl (1996:221 e 227), para quem a neutralização da Alemanha unificada se constituiria para os Aliados como um grande erro histórico<sup>74</sup>.

### 1.3. A França: de rival a parceira

Aquando do fim da II Guerra Mundial, a França do General De Gaulle (1890-1970)<sup>75</sup> era a Grande Potência que bloqueava constantemente o Conselho e a Autoridade Inter-Aliada, tendo manifestado desde logo o seu interesse: na criação de uma confederação de Estados para a Alemanha; no desmembramento da Alemanha, excluindo o Sarre – o que conseguiu mediante a concretização de um regime especial, que a 5 de Outubro de 1947, separaria o Sarre da Alemanha, ligando-o à França –, o Ruhr – ao exigir a sua internacionalização – e a Renânia<sup>76</sup> e desejando o controlo estratégico da margem esquerda do Reno – pois considerava que “ ... nous tenons le Rhin, nous participons au premier rang à l’organisation internationale du monde ”<sup>77</sup> (Grosser *apud* Patrício, 2007:160). Destruída pela guerra, a França via no carvão Alemão um meio para alcançar a reedificação do seu Poder e, simultaneamente, procurava com a presença permanente das suas forças armadas no Reno manter a sua estratégia tradicional relativamente à Alemanha, que consistia fundamentalmente em isolar e afastar a possibilidade de unidade da Alemanha sempre que possível, de forma a enfraquecer o seu poder.

Apesar de um passado histórico caracterizado pelo conflito e pela competição, especialmente até 1951 – ano em que se verificou a criação da CECA – as

---

<sup>74</sup> Sobretudo tendo em atenção o que tinha sucedido no passado aquando da imposição de um estatuto especial à Alemanha com o Tratado de Versailles (1919).

<sup>75</sup> Viria a demitir-se a 20 de Janeiro de 1946, dada a incompatibilidade existente entre este Presidente da República Francesa e os partidos que com ele dividiam o poder.

<sup>76</sup> Poderia retomar a sua antiga política das fronteiras naturais.

<sup>77</sup> Tradução da autora: “...temos o Reno, participamos em primeiro lugar na organização internacional do mundo” (Grosser *apud* Patrício, 2007:160).

relações entre a França de François Mitterrand (1916-1996) e a Alemanha de Helmut Kohl (1930-) acabaram por ser beneficiadas pela amizade que ambos mantinham na esfera pessoal.

Quanto à questão Alemã, Mitterrand (1997 :113-114) considerava que a unidade da Alemanha dizia respeito antes de tudo aos próprios Alemães<sup>78</sup>. Dos dois lados (RFA e RDA), os Alemães deveriam votar – antes de tudo – em eleições livres, abertas e democráticas aquilo que pretendiam para o futuro. O então Presidente Francês salientou ainda, a propósito da possibilidade de reunificação da Alemanha que *“Non, je n’ai pas peur de la réunification. L’histoire est là, je la prends comme elle est”*<sup>79</sup> (Mitterrand, 1997:53). Até porque, em entrevista dada a 27 de Julho de 1987, aos jornais *Nouvel Observateur*, *The Independent*, *El País*, *La Repubblica*, e *Die Süddeutsche Zeitung*, disse o seguinte: *“Réunifier l’Allemagne est la pré-occupation de tous les Allemands. C’est assez compréhensible. Ce problème pose depuis quarant-cinq ans gagne en importance à mesure que l’Allemagne prend du poids : dans la vie économique c’est fait, dans la vie politique c’est en train de se faire”*<sup>80</sup> (1997 :189). Com efeito, a Alemanha Ocidental tinha-se tornado a partir dos anos 50/60, um importante Poder Económico no espaço europeu.

Todavia, tal não significava que a questão Alemã da reunificação fosse apenas um assunto da total competência e responsabilidade dos Alemães, pois havia a necessidade: de reconhecimento da intangibilidade das fronteiras actuais, e sobretudo a fronteira Ocidental da Polónia, a linha Oder-Neisse<sup>81</sup>; de negociação sobre a devolução à Alemanha dos direitos que até então tinham pertencido às quatro Potências tutelares; de reafirmação, em conformidade com os acordos internacionais, da não posse de armas atómicas, bacteriológicas e químicas; de manutenção de um papel activo da Alemanha na Aliança Atlântica<sup>82</sup>. Neste sentido, Mitterrand mencionou que ao passo que a Grã-Bretanha e os EUA se preocupavam sobretudo com a NATO e com a posição que uma Alemanha unificada ocuparia nessa organização, a França e a URSS preocupavam-se essencialmente com o respeito pelos Acordos de Helsínquia (Mitterrand, 1997:51 e 114), sendo que o caso alemão constituía uma excepção à regra da inviolabilidade das fronteiras, pois a fronteira existente entre os dois Estados Alemães era de uma natureza diferente daquelas que existiam noutros casos: a população era a mesma,

<sup>78</sup> Kohl (1996: 165), porém, acreditava que a questão da reunificação da Alemanha não teria sido fácil de admitir ao início por Mitterrand, tendo em atenção o passado conflituoso das relações entre a França e a Alemanha durante séculos na Europa, especialmente até às duas Grandes Guerras Mundiais.

<sup>79</sup> Tradução da autora: “Não, eu não tenho medo da reunificação. A história é aqui, eu tomo-a como ela é” (Mitterrand, 1997:53).

<sup>80</sup> Tradução livre da autora: “Reunificar a Alemanha é a preocupação de todos os alemães. Isto é bastante compreensível. Este problema coloca-se quarenta e cinco anos depois e ganha importância à medida que a Alemanha ganha poder: na vida económica já adquiriu, na vida política está a caminho de o adquirir” (Mitterrand, 1997:189).

<sup>81</sup> O que deveria ser proclamado e consagrado através de um acto jurídico internacional (Mitterrand, 1997:214).

<sup>82</sup> Estes aspectos eram igualmente defendidos por Jacques Chirac (1932-) que viria a ser Presidente da República Francesa, de 1995 a 2007, e que já havia sido Primeiro-Ministro de 1974 a 1976 e de 1986 a 1988.

Alemã, mas estava separada por um Muro. Acresce ainda referir que Mitterrand se mostrava ainda empenhado na construção europeia em estrita ligação com os dirigentes Alemães, e sobretudo com o Chanceler Kohl (Mitterrand, 1997:107).

#### 1.4. A Grã-Bretanha: sempre à margem

No pós II Guerra Mundial o papel central, que habitualmente pertencia à Grã-Bretanha, no sistema internacional passou a pertencer aos EUA. Estando do lado das potências vencedoras da Guerra, a posição da Grã-Bretanha traduz-se essencialmente em duas posturas não necessariamente incompatíveis, decorrentes da sua posição geopolítica insular e, portanto, atlântica: por um lado, a aliança aos EUA sobretudo devido à partilha de uma mesma língua<sup>83</sup> e iguais valores<sup>84</sup> e, pelo outro, no que respeita às questões do processo de construção europeia, a Grã-Bretanha tem apresentado um comportamento que varia entre o afastamento/recuo e a aproximação/regresso<sup>85</sup>.

Assim sendo, durante a Guerra-Fria, integrando o bloco Ocidental, a Grã-Bretanha manteve-se sempre ao lado dos EUA no que à questão Alemã dizia respeito: o objectivo da Grã-Bretanha e dos EUA era tornar a Alemanha do pós Guerra um governo federal forte que controlasse a pasta dos negócios estrangeiros, da economia e das finanças.

Numa entrevista dada em Abril de 1987 para um canal Alemão, o ZDF TV<sup>86</sup>, a Primeira-Ministra Inglesa, Margaret Thatcher<sup>87</sup> (1925-2013), referiu-se ao Muro de Berlin como uma das mais cruéis barreiras que o comunismo ergueu contra a liberdade e a democracia. Aquando da sua visita à URSS, tomou conhecimento da maior abertura do regime soviético, mas - insiste - a verdadeira prova dessa abertura verificar-se-ia quando o Muro caísse e Berlin voltasse a ser uma cidade.

Dois anos depois, perante a queda do Muro<sup>88</sup>, Thatcher fez um discurso no qual referiu ter recebido com satisfação a decisão de “levantamento” das restrições de viagem à população da Alemanha de Leste, pois isso significaria que poderiam viajar livremente para o Ocidente. A Primeira-Ministra Inglesa esperava igualmente que aquele fosse apenas um prelúdio para a queda do Muro, uma vez que os eventos se estavam a desenrolar muito rápido. A prioridade, de então, seria o aparecimento de um governo realmente democrático na Alemanha de Leste, sendo que a realização de eleições livres e um sistema multipartidário seriam apoiados pela Grã-Bretanha.

Nesse mesmo dia, 10 de Novembro de 1989, à porta do número 10 da Do-

---

<sup>83</sup> O inglês.

<sup>84</sup> Destaque para a liberdade e a democracia.

<sup>85</sup> O que ainda hoje mantém. Atente-se no facto, por exemplo, de não ter aderido à Zona Euro.

<sup>86</sup> Thatcher (1987), “TV Broadcast on 750th anniversary of Berlin”, disponível em: <http://www.margareththatcher.org/document/106799> (Consultado a 23 de Junho de 2012).

<sup>87</sup> Foi Primeira-Ministra entre 1979 e 1990, tendo sucedido a James Callaghan (1912-2005).

<sup>88</sup> Thatcher (1989). “Statement on GDR decision to lift travel restrictions (hopes prelude to dismantling of Berlin Wall)”, disponível em: “<http://www.margareththatcher.org/document/112008> (Consultado a 23 de Junho de 2012).

wning Street, Thatcher deu uma entrevista<sup>89</sup> segundo a qual voltou a mencionar a importância daquele dia para a liberdade. Salientou, uma vez mais, a necessidade de edificar uma democracia na Alemanha de Leste mediante a criação de um sistema eleitoral e de partidos. Todavia, quando questionada acerca de uma possível reunificação da Alemanha, a sua resposta foi: “*I think you are going much too fast, much too fast! You have to take these things step-by-step and handle them very wisely*”<sup>90</sup>e, mais adiante, ao ser novamente interrogada sobre a possibilidade de viver com a ideia de uma Alemanha unida, voltou a responder: “*I think you are going much too fast*”<sup>91</sup>. Thatcher terminou, por fim, a entrevista defendendo, tal como Bush, a importância da NATO: “*May I say this to you: had America stayed in Europe after the First World War and we had had a NATO then, I do not believe we should have had a Second World War*”<sup>92</sup>.

Efectivamente, Thatcher temia a ideia de reunificação da Alemanha. De acordo com Gaddis (2007:251), a Primeira-Ministra Inglesa terá avisado o Presidente Bush de que “«[s]e não tivermos cuidado, os Alemães conseguirão com a paz o que Hitler não conseguiu com a guerra».” “*We beat the Germans twice, and now they’re back*”<sup>93</sup> – terão sido estas as palavras de Thatcher durante um jantar com os chefes de Estado, referindo-se à questão Alemã.

Também Mitterrand (1997:43) mencionou o facto de, a 29 de Janeiro de 1990, se ter reunido em Londres com Thatcher que, por sua vez, lhe propôs uma aproximação franco-britânica de forma a contrabalançar o crescente poder da Alemanha no espaço europeu, a demonstrar uma vez mais as reticências que a Grã-Bretanha mantinha no que respeitava à questão da reunificação.

Aliás, para além desse episódio, Christopher Mallaby<sup>94</sup>, Embaixador da Grã-Bretanha na RFA de 1988 a 1992, referiu mesmo – em entrevista com a revista *Spiegel* – que o relacionamento pessoal entre Thatcher e Kohl era muito mau. Tratava-se de uma questão de química. Eles não gostavam assim tanto da companhia um do outro. Para além do mais, Thatcher havia ficado desagradada com o discurso dos *Zehn-Punkte-Programm zur Überwindung der Teilung Deutschlands und Europas* [o Programa de dez pontos para superar a divisão da Alemanha e da Europa] de Kohl, em 1989, uma vez que este se tinha verificado sem que tivessem sido consultadas as quatro Grandes Potências. Daí que, a criação do fórum “*Der Zwei-Plus-Vier*” [Dois-mais-quatro], que culminaria na assinatura de um Tratado, se tivesse ficado a dever em boa medida à pressão de Thatcher para que a

<sup>89</sup> Thatcher (1989). “Remarks on the Berlin Wall (fall thereof)”, disponível em: <http://www.margarethatcher.org/document/107819> (Consultado a 23 de Junho de 2012).

<sup>90</sup> Tradução da autora: “Penso que está a ir demasiado rápido, demasiado rápido! Tem de levar estas coisas passo a passo e tratá-las muito prudentemente.”

<sup>91</sup> Tradução da autora: “Penso que está a ir demasiado rápido”.

<sup>92</sup> Tradução da autora: “Posso dizer-lhe isto: se os EUA tivessem permanecido na Europa após a I Guerra Mundial e nós tivéssemos tido a NATO então, não acredito que tivéssemos tido uma Segunda Guerra Mundial”.

<sup>93</sup> Tradução da autora: “Derrotámos os alemães duas vezes, e agora eles estão de volta”.

<sup>94</sup> “They didn’t naturally enjoy each other’s company”, disponível em: <http://www.spiegel.de/international/germany/thatcher-versus-kohl-they-didn-t-naturally-enjoy-each-other-s-company-a-648901.html>. (Consultado a 16 de Junho de 2012).

reunificação da Alemanha fosse antecedida de uma maior consulta e negociação entre as quatro Grandes Potências e as duas Alemanhas, o que de facto se veio a verificar como veremos seguidamente.

## **2. Die Deutsche Wiedervereinigung (1990)**

### **2.1. “Zehn-Punkte Programm zur Deutschlandpolitik” (1989), de Helmut Kohl, como ponto de partida**

A 28 de Novembro de 1989, e tomando a direcção da questão Alemã, Kohl apresentou ao *Bundestag*<sup>95</sup> o “*Zehn-Punkte-Programm zur Überwindung der Teilung Deutschlands und Europas*”<sup>96</sup> [o Programa de dez pontos para superar a divisão da Alemanha e da Europa], defendendo:

Como primeiro ponto, a necessidade de serem tomadas medidas como resultado dos eventos das últimas semanas (referia-se à queda do Muro), em especial no respeitante à maré de refugiados e “novos” turistas<sup>97</sup>: a RFA estava preparada para lhes proporcionar uma assistência imediata;

Como segundo ponto, o governo da RFA iria continuar a cooperar com a RDA em todas as áreas que beneficiariam directamente as populações: em particular, a economia, a ciência e tecnologia, a cultura e a protecção ambiental;

Como terceiro ponto, a oferta de ajuda e cooperação da RFA para a RDA apenas seria possível mediante a transformação do sistema político e económico da RDA, o que se obteria através de eleições livres, igualitárias e secretas e de uma economia de mercado que permitiria a iniciativa privada;

Como quarto ponto, deveriam existir instituições comuns entre as duas Alemanhas que garantissem a cooperação no respeitante às áreas da economia, dos transportes, da protecção ambiental, da ciência e tecnologia, da saúde e da cultura;

Como quinto ponto, deveriam ser desenvolvidas estruturas confederativas entre as duas Alemanhas com o objectivo de criar posteriormente uma federação/ordem federal na Alemanha;

Como sexto ponto, o desenvolvimento de relações entre as Alemanhas permaneceria no contexto do processo pan-europeu, no quadro das relações Este-Oeste, respeitando os princípios e normas do Direito Internacional, em especial o direito à auto-determinação;

Como sétimo ponto, a atracção e o recurso à Comunidade Europeia era e deveria continuar a ser uma constante decisiva do desenvolvimento pan-europeu, na qual a RDA estaria obviamente incluída. O processo da unidade da Alemanha continuava também a ser uma preocupação europeia, pelo que deveria igualmente ser visto em ligação com a integração europeia: a unificação da Alemanha

---

<sup>95</sup> Parlamento alemão situado na cidade de Berlim. Disponível em: <http://www.bundestag.de> .

<sup>96</sup> Kohl, “Zehn-Punkte Programm zur Deutschlandpolitik”, disponível em: <http://helmut-kohl.kas.de/index.php?msg=627> (Consultado a 6 de Julho de 2012).

<sup>97</sup> Isto é, Alemães de Leste que se faziam passar por turistas sem o serem. Na verdade, também eram refugiados. Pois o seu principal objectivo era ir viver para a Alemanha Ocidental, onde existiam melhores condições políticas, económico-financeiras e sociais.

seria a unidade da Europa, na sua diversidade cultural, mas também e acima de tudo no respeito pelos direitos de liberdade, democracia, direitos humanos e auto-determinação;

Como oitavo ponto, o processo CSCE constituía-se como parte central da arquitectura de construção pan-europeia, que a Alemanha queria levar em diante fazendo uso dos fóruns já existentes como eram: as conferências de direitos humanos em Copenhaga em 1990, e em Moscovo em 1991; a conferência sobre a cooperação económica em Bonn em 1990, o simpósio sobre herança cultural em Cracóvia em 1991; e a reunião em Helsínquia. Por outro lado, deveria igualmente pensar-se em novas formas institucionais de cooperação pan-europeia, que se debruçassem fundamentalmente sobre a cooperação económica Oeste-Este e sobre as questões ambientais;

Como nono ponto, Kohl entendia que a superação da divisão da Europa e da divisão da Alemanha requeria passos rápidos e de longo alcance em direcção ao desarmamento e ao controlo de armas e à redução de forças convencionais na Europa;

Como décimo ponto, pretendia-se – com esta política compreensiva – trabalhar no sentido de uma Europa de paz, na qual os Alemães pudessem readquirir a sua unidade e a sua auto-determinação. Até porque a reunificação continuava a ser o objectivo político do governo da RFA. Um objectivo que estava plenamente relacionado com a questão da segurança europeia. Por fim, a associação entre a questão Alemã e o desenvolvimento da Europa como um todo, assim como as relações Oeste-Este, tornavam possível uma Europa pacífica e livre. Só juntos e num clima de confiança mútua é que a divisão existente tanto no espaço europeu, como na própria Alemanha poderia ser superada. Kohl terminou o seu discurso defendendo ainda que não era a liberdade em si mesma, mas sim a supressão desta que criava instabilidade e insegurança em todo o espaço europeu.

## **2.2. Gorbachev aceita uma Alemanha reunificada como membro da NATO (1990)**

Uma Alemanha reunificada apenas seria possível com a anuência de Gorbachev, na visão que partilhamos com Rolando Dumas (1922-)<sup>98</sup>, Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês sob a Presidência de François Mitterrand. Basta atentarmos no facto da RDA ter sido um Estado integrante do bloco soviético, tendo disposto de um Muro, circundando Berlin Oriental, construído também por iniciativa Soviética e ter tido ainda um Serviço de Segurança e *Intelligence*, a STASI, de influências e inspirações Russas.

Acresce, de igual modo, referir o facto de em 1990 a Guerra-Fria ainda não ter terminado. Para todos os efeitos, a URSS permanecia como uma Superpotência num sistema internacional bipolar, apesar de todo o enfraquecimento que já estava a experimentar ao nível interno. Se Kohl queria a unidade da Alemanha

---

<sup>98</sup> Conforme entrevista dada à revista alemã *Spiegel*: "Thatcher and Kohl 'Quarreled Terribly", disponível em: <http://www.spiegel.de/international/spiegel/german-reunification-thatcher-and-kohl-quarreled-terribly-a-648927.html> (Consultado a 16 de Junho de 2012).

teria de negociar igualmente com a URSS e ter o seu aval, sobretudo porque geopoliticamente e inspirando-nos na visão de Mackinder a propósito da importância do *Heartland*<sup>99</sup>, e na perspectiva de Karl Haushofer<sup>100</sup> (1869-1946) a Alemanha e a Rússia deverão aliar-se e cooperar – para daí obterem benefícios mútuos – do que tentar uma disputa entre si – como a que sucedera quando o III *Reich* de Adolf Hitler (1889-1945) decidira invadir a União Soviética, ignorando o aconselhamento geopolítico de Haushofer, na designada Operação *Barbarossa*, em 1941, e influenciando no curso da II Guerra Mundial que terminara com uma Alemanha derrotada, destruída e com a sua soberania dividida e gerida entre as Potências vencedoras.

Daí a importância que se revestiu o facto de, em Fevereiro de 1990, num encontro com Kohl, Gorbachev ter aceite a ideia da reunificação da Alemanha, continuando, todavia, a rejeitar o ingresso de uma Alemanha reunificada na NATO, tal como já tínhamos referido.

Porém, nas conversações tidas entre os dias 14 e 16 de Julho, Gorbachev acabou por aceitar a integração da Alemanha unida na NATO, o que em boa medida se ficara a dever a uma reunião decorrida a 31 de Maio entre Gorbachev e Bush, na qual Gorbachev prometera respeitar o princípio da CSCE que previa que cada país tivesse o direito de escolher o seu bloco militar. Mas também à situação económico-financeira e social que a URSS estava a viver, envolvendo até o risco de perdas territoriais em virtude de emergentes conflitos étnicos, assim como a ajuda económica prometida pela RFA à URSS. Aliás, as conversações decorridas em Fevereiro e em Julho tinham sido antecedidas pelo fornecimento de alimentos, no mês de Janeiro, e pela concessão de um crédito de cinco biliões de marcos da RFA à URSS<sup>101</sup>.

### **2.3. Eleições na RDA, reunificação económica da Alemanha, decisão do Parlamento RDA quanto ao futuro da questão Alemã e “*Einigungsvertrag*” (1990)**

A 18 de Março de 1990, decorreram as primeiras eleições livres na RDA para que fossem eleitos novos deputados para o Parlamento, cujo principal objectivo seria preparar a fusão da RDA com a RFA.

Quatro meses depois, a 1 de Julho de 1990 o *Deutsche Mark* tornou-se também a moeda oficial da RDA – como consequência do Tratado assinado, a 18 de Maio de 1990, entre a RFA e a RDA prevendo a extensão do sistema económico, monetário e social da RFA para a RDA<sup>102</sup> –, tendo sido dado o passo essencial

---

<sup>99</sup> Tratava-se de uma enorme massa continental dominante, situada na Eurásia, entre a Europa Oriental e a Sibéria, contendo muitas matérias-primas necessárias à industrialização, o que lhe permitiria tornar-se no centro do poder mundial. A dificuldade nos acessos, a extensão da área e o clima rigoroso garantir-lhe-iam a capacidade de defesa (Santos, 2008,33 e 34).

<sup>100</sup> Geopolitólogo alemão que defendia a necessidade de aproximação ao Poder, tendo proposto a criação três eixos principais para a Política Externa da Alemanha, um dos quais o eixo Berlim-Moscovo.

<sup>101</sup> “1990: Kohl e Gorbachov selam o acordo para a reunificação alemã”, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,319589,00.html> (Consultado a 6 de Julho de 2012).

<sup>102</sup> “A reunificação do país”, disponível em: [http://www.dw.de/dw/article/0,,1049390\\_page\\_3,00.html](http://www.dw.de/dw/article/0,,1049390_page_3,00.html) (Consultado a 6 de Julho de 2012).

para se verificar primeiramente a reunificação numa perspectiva económica. A utilização da questão económica para dar o primeiro passo, conducente à posterior unidade política, é um aspecto que acaba por ser transversal à história da própria Alemanha, já que também aquando da unificação verificada após a vitória na Guerra Franco-Prussiana de 1870/1871 foi sob direcção da Prússia dirigente<sup>103</sup> da *Zollverein*, uma união aduaneira inicialmente apenas dos Estados do Norte da Alemanha<sup>104</sup>, que se deu o impulso para obter a unidade entre o conjunto de Estados de Poder disperso e fragmentado que viria a originar o II Reich.

A 23 de Agosto de 1990, antes do fim das negociações acerca do Tratado que devolveria a unidade à Alemanha<sup>105</sup>, o Parlamento da RDA decidiu-se pela fusão com a RFA – com 294 votos a favor e apenas 62 contra<sup>106</sup> –, tendo sido assinado o *Einigungsvertrag* [Tratado da Unificação]<sup>107</sup> entre a RFA e a RDA no dia 31 de Agosto.

#### **2.4. „Der Zwei-Plus-Vier Vertrag“ (1990): o acordo final sobre a questão Alemã**

A 12 de Setembro de 1990 verificou-se a assinatura na cidade de Moscovo do „Der Zwei-Plus-Vier Vertrag“ [Tratado dois-mais-quatro]<sup>108</sup>, entre a RFA, a RDA, os EUA, a URSS, a França e a Grã-Bretanha, constituindo-se este como um acordo final sobre a questão Alemã.

Este Tratado começava desde logo por se estabelecer em conformidade: com a Carta das Nações Unidas, defendendo o princípio do desenvolvimento de relações amigáveis entre as Nações a partir do respeito pela igualdade de direitos e pela autodeterminação dos povos; e considerando os princípios do Acto Final da CSCE assinada em Helsínquia.

Tinha em vista o estabelecimento de uma ordem justa e pacífica na Europa, o reforço dos interesses securitários de todos (envolvendo o controlo de armas e o desarmamento), a superação do antagonismo e o desenvolvimento da cooperação – com base na confiança – na Europa.

Saudando-se o facto do povo Alemão, no livre exercício do seu direito à

<sup>103</sup> Desde de 1834.

<sup>104</sup> Embora, a partir de 1867, tivesse passado a integrar também os Estados do Sul. O objectivo fundamental da *Zollverein* era a existência de liberdade alfandegária, facilitando o comércio e o desenvolvimento industrial entre os Estados que dela faziam parte.

<sup>105</sup> Iniciadas no dia 5 de Maio de 1990. Conforme “ Die Chronologie der deutschen Wiedervereinigung 1989-1990” [A cronologia da reunificação alemã 1989-1990], disponível em: <http://www.goethe.de/ges/pok/ddg/de27485.htm>.

<sup>106</sup> “O fim da República Democrática Alemã”, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,1688853,00.html> (Consultado a 6 de Julho de 2012).

<sup>107</sup> Por questões de extensão do próprio trabalho e por não se encontrarem aqui directamente presentes a Estratégia das Grandes Potências – o Tratado foi celebrado apenas entre a RFA e a RDA – não iremos analisar em detalhe o documento *Einigungsvertrag*.

No entanto, o mesmo encontra-se disponível em: [http://www.badv.bund.de/003\\_menue\\_links/e0\\_ov/c0\\_gesetze\\_verordnungen/b0\\_grundlagen/einigungsvertrag.pdf](http://www.badv.bund.de/003_menue_links/e0_ov/c0_gesetze_verordnungen/b0_grundlagen/einigungsvertrag.pdf) (Consultado a 9 de Julho de 2012).

<sup>108</sup> Disponível em: <http://www.auswaertiges-amt.de/cae/servlet/contentblob/373162/publicationFile/3828/ZweiPlusVier%20%28Text%29.pdf> (Consultado a 25 de Junho de 2012).



autodeterminação, ter expressado a sua vontade de concretizar a unidade da Alemanha enquanto uma parceira igual e soberana para a paz e estabilidade numa Europa unida, reconhecia-se a unificação da Alemanha enquanto Estado democrático e pacífico e a supressão dos direitos e responsabilidades das quatro potências (EUA, URSS, França e Grã-Bretanha) a respeito de Berlin e da Alemanha como um todo.

O Tratado é constituído por dez artigos, dos quais:

O primeiro artigo refere-se às fronteiras (as fronteiras externas da Alemanha reunificada são as fronteiras da RFA e da RDA e com este Tratado tornaram-se definitivas; a Alemanha reunificada deveria confirmar com a Polónia a fronteira existente entre ambas, ou seja, a linha Oder-Neisse; não haveria lugar a reclamações territoriais);

O segundo refere-se às relações pacíficas (a guerra ofensiva é inconstitucional e passível de punição; a Alemanha unida nunca utilizará as suas armas a menos que tal se verifique em conformidade com a sua *Grundgesetz* e a Carta das Nações Unidas);

O terceiro refere-se às armas nucleares (os governos da RFA e da RDA reafirmam a sua renúncia à posse e à produção e o controlo das armas nucleares, biológicas e químicas, respeitando o Tratado para a Não-Proliferação de Armas Nucleares de 1 de Julho de 1968; a Alemanha unida compromete-se a reduzir as suas forças armadas para 370.000 homens – Exército, Força Aérea e Marinha – dentro de três a quatro anos, respeitando o discurso de 30 de Agosto de 1990, em Wien, durante as negociações sobre as forças armadas convencionais na Europa);

O quarto refere-se à retirada das forças armadas Soviéticas até 1994 (estabelecer-se-á por Tratado as condições para e a duração da presença das forças armadas Soviéticas no território da RDA e de Berlin, assim como o modo como será conduzida a retirada destas forças armadas que deverá estar concluída até ao final de 1994);

O quinto refere-se à presença de forças Alemãs até à retirada das forças Soviéticas (todas as forças armadas dos demais Estados não estarão mais estacionadas neste território nem tão pouco levarão a cabo qualquer actividade militar em Berlin, a menos que tal seja solicitado e acordado entre o governo da Alemanha reunificada e os governos dos Estados em causa);

O sexto refere-se às alianças (ao direito da Alemanha unida pertencer a alianças, com todos os direitos e responsabilidades);

O sétimo refere-se ao fim dos direitos e responsabilidades das quatro potências (relativamente a Berlin e à Alemanha como um todo);

O oitavo refere-se à ratificação e aceitação do Tratado (será ratificado e aceite logo que possível; no caso Alemão, será ratificado pela Alemanha reunificada; os instrumentos de ratificação e aceitação deverão ser depositados junto do governo da Alemanha reunificada);

O nono refere-se à entrada em vigor (o que se verificará aquando do depósito do último instrumento de ratificação ou aceitação pelos Estados signatários);

O décimo refere-se ao depósito do documento original do Tratado e à certificação das cópias do mesmo (o original ficará depositado na Alemanha, que

deverá enviar cópias certificadas do mesmo para cada um dos Estados Parte).

A 3 de Outubro de 1990 deu-se a reunificação política da Alemanha. A RDA desapareceu e a RFA passou a ser integrada por mais cinco *Länder* [Estados Federados]: Brandenburg, Mecklenburg-Vorpommern, Sachsen, Sachsen-Anhalt e Thüringen. Quatro anos depois, conforme estipulado no acordo final sobre a questão Alemã, as tropas Russas e as tropas Ocidentais deixaram a cidade de Berlin.

#### IV. Conclusão

Analisada a reunificação da Alemanha (1989/1990) no contexto das relações entre as Grandes Potências, concluímos que este episódio da história recente da Alemanha permite-nos identificar as linhas de acção fundamentais da estratégia internacional dos EUA, da URSS (agora Rússia), da França e da Grã-Bretanha e compreender os fundamentos da Política Externa adoptada pela Alemanha já reunificada relativamente a estes mesmos actores do sistema internacional – hoje, no Presente, como fruto da conjuntura e consequência do Passado acontecido, e como preparação do Futuro cujo acontecer se aproxima, em conforme o conceito de Tempo Trípico caracterizador da realidade social (Moreira, 2005) –: tanto bilateralmente como multilateralmente.

Neste contexto, consideramos igualmente relevante destacar algumas das tendências principais da Política Externa Alemã após 1990, com Kohl, Schröder e Merkel com o objectivo de acentuarmos a continuidade que defendemos existir nas opções tomadas pela Alemanha uma vez recuperada a sua unidade.

Com o Chanceler Kohl (no mandato entre 1990 e 1998) e numa perspectiva bilateral, a Alemanha oscilou entre o relacionamento com a França (embora este continue a ser um relacionamento com altos e baixos, a verdade é que a partir da constituição da CEE e à medida que o processo de construção europeia se tem vindo a desenvolver e a necessidade de cooperação persiste, a França passou de rival a parceira. Nunca existiu no espaço europeu um período tão longo de paz como aquele que estamos a viver, neste momento, desde o fim da II Guerra Mundial.) e o relacionamento com os EUA (que se constituiu como um apoio permanente da Alemanha: antes da construção do Muro, após a sua construção e aquando da queda do mesmo. Foi, também, a voz e o sentido de equilíbrio entre as estratégias internacionais das Grandes Potências no período pós Guerra, defendendo a necessidade de uma Alemanha economicamente forte e integrada nas organizações internacionais, ao invés de uma Alemanha enfraquecida e “estrangulada” como a que saíra da I Guerra, com desejos de revanchismo que acabariam por conduzir ao início da II Guerra Mundial).

Numa perspectiva multilateral, as opções bilaterais de Kohl, resultavam da importância que o processo de construção europeia (a reunificação da Alemanha era e é a unificação da Europa, pelo que se verificou em 1992 a assinatura do Tratado de Maastricht ou Tratado da União Europeia; a integração do Acordo e da Convenção relativa ao espaço Schengen – que contemplava a livre circulação de pessoas, bens, mercadorias e serviços – no Tratado de Amesterdão, assinado

em 1997) e a NATO (importância do alargamento a Leste) tinham desempenhado para que a Alemanha recuperasse a sua soberania e se fortificasse como Poder no espaço europeu. Em 1994, o Tribunal Constitucional Federal autorizou a participação das forças armadas Alemãs em missões da NATO sob o aval das Nações Unidas, e sempre que autorizadas pelo *Bundestag* (Daehnhardt, 2011:65-66).

A Alemanha com o Chanceler Gerhard Schröder (entre 1998 e 2005) reassumiu o seu estatuto de potência, acentuando a centralidade do seu entendimento com a França e a importância de integrar o processo de construção europeia (principais momentos: criação da Zona Euro em 1999 e entrada em circulação do Euro em 2002; assinatura do Tratado de Nice em 2001; alargamento a Leste<sup>109</sup>, o maior de sempre: Estónia, Letónia, Lituânia, Polónia, República Checa, Eslováquia, Hungria - mas também Chipre, Malta e Eslovénia) por vontade própria.

Contudo, a relação com os EUA fora deixada, de algum modo, para segundo plano em virtude da recusa da Alemanha em participar na guerra contra o Iraque, em 2003. No entanto, alguns anos antes, em 1999, a Alemanha participou sob o comando da NATO numa ofensiva militar, pela primeira vez, a Guerra do Kosovo; e após o 11 de Setembro de 2001, havia inclusivamente manifestado o seu apoio aos EUA na luta contra o terrorismo, tendo participado militarmente na operação levada a cabo pelos EUA no Afeganistão.

Verificou-se igualmente o estabelecimento de relações económicas bilaterais com a Rússia e com a China, em virtude das necessidades geoestratégicas Alemãs no sistema internacional. Acresce ainda referir o facto da Alemanha ter passado a defender a necessidade de obter um lugar permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (Daehnhardt, 2011:67-70).

Já com Angela Merkel, a Chanceler (desde 2005) que Helmut Kohl ajudara a crescer politicamente, a Alemanha manteve o interesse simultâneo pela União Europeia (destaque para a assinatura do Tratado de Lisboa, em 2007, tendo em vista o aprofundamento das estruturas institucionais europeias; defende uma “paragem” na política de alargamentos e mostra-se desfavorável à integração da Turquia) e pela NATO (defende também aqui uma “paragem” na política de alargamentos que têm vindo a contemplar o Leste<sup>110</sup>, o que em boa medida se pode dever ao facto dos próximos candidatos - a Geórgia e a Ucrânia - pertencerem à área de influência Russa<sup>111</sup>).

Tendo-se ainda preocupado com a consolidação de relações efectivas com a Rússia (com base nas questões energéticas e económicas<sup>112</sup>) (Daehnhardt, 2011:70-72), um actor cujo papel foi fundamental no pós II Guerra Mundial sobretudo no

---

<sup>109</sup> Como resultado da ideia defendida por Kohl no seu discurso sobre os “Dez Pontos”.

<sup>110</sup> Ao nível da NATO, os alargamentos ao Leste foram os seguintes: em 1999, aderiram a Hungria, a Polónia e a República Checa; em 2004, aderiram a Bulgária, Estónia, a Letónia, a Lituânia, a Roménia, a Eslováquia e a Eslovénia; e em 2009, aderiram a Albânia e a Croácia.

<sup>111</sup> Desde 2002, existe o Conselho NATO-Rússia, tendo em vista uma maior colaboração entre os países desta Organização regional e a Rússia, especialmente na sequência dos ataques terroristas de 11 de Setembro.

<sup>112</sup> Dada a crescente dependência da UE relativamente a este Estado que, para além de juntamente com a Turquia ser o grande vizinho da UE, é também o principal fornecedor de gás e petróleo da UE.

que à questão Alemã respeitava: a construção do Muro de Berlin resultou de uma iniciativa da então URSS e a última palavra – tendo em vista a reunificação da Alemanha – também pertenceu à URSS. Basta que se recorde o papel que esta desempenhava relativamente à RDA, onde Merkel (embora nascida em Hamburg, na RFA), cresceu e viveu até à queda do Muro.

Consequentemente, em jeito de síntese, os traços comuns da Política Externa Alemã após 1990 têm sido: ao nível bilateral, o relacionamento essencial com a França e com a Rússia<sup>113 114</sup> e a necessidade de cooperação com estes dois Estados, sobretudo, dada a posição central da Alemanha no espaço europeu, de enclave entre estes dois grandes poderes geopolíticos continentais<sup>115</sup>; e ao nível multilateral, a União Europeia, a NATO e a ONU (na qual o governo de Merkel continua a defender um lugar permanente no Conselho de Segurança<sup>116</sup>).

Sendo o Estado mais populoso da União Europeia, assim como aquele que detém maior Poder Económico, a Alemanha tem vindo a assumir, como consequência, um papel crescente na política internacional com especial destaque para a postura que tem desenvolvido, em cooperação com a França, na gestão política e económica da actual crise financeira europeia. Uma postura que a poderá ter feito evoluir, segundo Ulrich Beck (2013:11), de potência económica para superpotência política com um papel decisivo na Europa, fazendo com que tenhamos hoje uma Alemanha Europeia numa Europa Alemã<sup>117</sup>.

### Bibliografia

Almeida, Políbio (1990). *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais e Políticas.

Beck, Ulrich (2013). *A Europa Alemã. De Maquiavel a «Merkievel»: Estratégias de Poder na Crise do Euro*. Lisboa: Edições 70.

<sup>113</sup> A manutenção de boas relações com a Rússia faz inclusivamente parte das actuais prioridades de Política Externa, conforme sublinhado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão Guido Westerwelle: “*Russland ist ein strategischer Partner.(..) Die deutsche Russlandpolitik ist im zurückliegenden Jahr nicht neu erfunden worden. Sie ist aber neu eingebettet worden.*”. Tradução da autora: “A Rússia é um parceiro estratégico. A política alemã para a Rússia não foi reinventada no ano passado. Foi, no entanto, novamente recuperada”. “*Grundsatzrede von Bundesaußenminister Westerwelle bei der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik, 21.10.2010*”, disponível em: [http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/AktuelleArtikel/101021-BM-dgap-grundsatzrede\\_node.html](http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/AktuelleArtikel/101021-BM-dgap-grundsatzrede_node.html) (Consultado a 25 de Junho de 2012).

<sup>114</sup> Merkel sabe falar russo desde os 14 anos, tendo mesmo ganho as Olimpíadas da Língua Russa nessa, o que lhe valeu na época uma viagem de estudo a Moscovo (Marques, 2013:20-21).

<sup>115</sup> Por se tratarem de Poderes Marítimos, com tendências atlânticas, o relacionamento da Alemanha com os EUA e a Grã-Bretanha (ainda que a Grã-Bretanha também integre a União Europeia) mantém-se sobretudo no quadro da NATO.

<sup>116</sup> Existindo também a possibilidade da União Europeia vir a obter também um lugar nos membros permanentes do Conselho de Segurança

<sup>117</sup> Resultante do posicionamento que a Alemanha teve de tomar no decorrer da crise na Zona Euro. E isto deve-se, nomeadamente ao facto da Alemanha ser o país mais rico e economicamente mais poderoso da União Europeia, pelo que face à crise financeira, todos os países devedores dependem da disponibilidade alemã para responder pelos créditos necessários, conforme destacado por Beck (2013:71).

Bessa, António Marques, & Dias, Carlos Mendes (2007). *O Salto do Tigre*. Lisboa: Prefácio.

Boniface, Pascal (Dir.) (2005). *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editora.

Bundesamt für zentrale Dienste und offene Vermögensfragen (1990). „Eini-gungsvertrag“, disponível em: [http://www.badv.bund.de/003\\_menue\\_links/e0\\_ov/c0\\_gesetze\\_verordnungen/b0\\_grundlagen/einigungsvertrag.pdf](http://www.badv.bund.de/003_menue_links/e0_ov/c0_gesetze_verordnungen/b0_grundlagen/einigungsvertrag.pdf) (Consultado a 9 de Julho de 2012).

Bundeskanzlerin (s/a). “Kanzleramt-Geschichte“, disponível em: <http://www.bundeskanzlerin.de/Webs/BK/De/Kanzleramt/Geschichte/geschichte.html> (Consultado a 10 de Julho de 2012).

Bush, George (1989). “A Europe whole and free“, disponível em: <http://usa.usembassy.de/etexts/ga6-890531.htm> (Consultado a 25 de Junho de 2012).

Calleo, David (1990). *The German problem reconsidered. Germany and the World Order 1870 to the Present*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

CIA (2011). “A City Torn Apart Building of the Berlin Wall“, disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/historical-collection-publications/building-of-the-berlin-wall/BerlinPublication.pdf>

Correia, Pedro de Pezarat (2004). *Manual de Geopolítica e Geoestratégia* (vol.1). Coimbra: Quarteto.

Correia, Pedro de Pezarat (2008). “Derivações Semânticas da Geopolítica”. *Geopolítica*, (82), 13-44.

Couto, Abel Cabral (1988). *Elementos de Estratégia* (Vol. I). Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

Daehnhardt, Patrícia (2011). Alemanha. In: Freire, Maria (Coord.) (2011) *Política Externa. As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp.55-75.

Deutsche Welle (s/a). “1949: Alemanha se aproxima dos Aliados“, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,333322,00.html> (Consultado a 24 de Junho de 2012).

Deutsche Welle (s/a). “1989: Cai o muro de Berlim“, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,4869441,00.html> (Consultado a 22 de Junho de 2012).

Deutsche Welle (s/a). “1990: Kohl e Gorbachov selam o acordo para a reunificação alemã“, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,319589,00.html> (Consultado a 6 de Julho de 2012).

Deutsche Welle (s/a). “A reunificação do país“, disponível em: [http://www.dw.de/dw/article/0,,1049390\\_page\\_3,00.html](http://www.dw.de/dw/article/0,,1049390_page_3,00.html) (Consultado a 6 de Julho de 2012).

Deutsche Welle (s/a). “Muro de Berlim fez pelo menos 125 vítimas“, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,2128366,00.html> (Consultado a 24 de Junho de 2012).

Deutsche Welle (s/a). “Nós somos o povo! – os protestos em Leipzig e a queda do muro“, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,3881944,00.html> (Consultado a 22 de Junho de 2012).

Deutsche Welle (s/a). “O fim da República Democrática Alemã“, disponí-

vel em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,1688853,00.html> (Consultado a 6 de Julho de 2012).

Deutsche Welle (s/a). “O Fracasso econômico da reunificação alemã”, disponível em: <http://www.dw.de/dw/article/0,,1724454,00.html> (Consultado a 18 de Junho de 2012).

Deutscher Bundestag [Parlamento Federal] (2010) “Grundgesetz für die Bundesrepublik Deutschland”, disponível em: <https://www.btg-bestellservice.de/pdf/10060000.pdf> (Consultado a 25 de Junho de 2012).

Fernandes, Marisa Alexandra Santos (2009). *O papel da Geopolítica na posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. [Dissertação de Mestrado].

Fernandes, Marisa Alexandra Santos (2011). “O papel da Geopolítica na posição da Alemanha na I e na II Guerras Mundiais”. *Revista Nação e Defesa* (129), 263-287.

Fischer, Matthias (2007). *Guilherme II – O Último Imperador da Alemanha*. Estoril: Principia.

Fontoura, Luís (2006). “O Poder na Relação Externa do Estado. A Equação de Cline”, disponível em: <http://www.adelinotorres.com/relacoesinternacionais/Luis%20Fontoura-Poder%20e%20Estado.pdf> (Consultado a 20 de Janeiro de 2012).

Fulbrook, Mary (2008). *A Concise History of Germany*. Cambridge: University Press.

Gaddis, John Lewis (2007). *A Guerra Fria*. Lisboa: Edições 70.

Goethe-Institut (s/a). “Die Chronologie der deutschen Wiedervereinigung 1989-1990”, disponível em: <http://www.goethe.de/ges/pok/ddg/de27485.htm> (Consultado a 6 de Julho de 2012).

Haushofer, Karl (1986). *De la Géopolitique*. Paris: Fayard. (Original publicado, em língua Alemã, em 1931).

Holloway, David & Sharp, Jane (Ed.) (1984). *The Warsaw Pact. Alliance in transition?* London: Macmillan.

Kennedy, John (1963), “Ich bin ein Berliner”, disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/3022166.stm> (Consultado a 22 de Junho de 2012).

Kennedy, Paul (1988). *The Rise and Fall of the Great Powers*. London: UnwinHyman.

Kohl, Helmut (1989). “Zehn-Punkte Programm zur Deutschlandpolitik”, disponível em: <http://helmut-kohl.kas.de/index.php?msg=627>. (Consultado a 6 de Julho de 2012).

Kohl, Helmut (1996). *Je voulais l'unité de l'Allemagne*. Paris : Editions de Fallois.

Krapoth, Stéphanie (2005). *France-Allemagne. Du duel au duo, de Napoléon à nos jours*. Toulouse : Éditions Privat.

Mackinder, Halford John. (1904). “The Geographical Pivot of History”. *The Geographical Journal* (XXIII), 421-437.

Mackinder, Halford John (1943). “The Round World and the Winning of the Peace”. *Foreign Affairs* (XXI -4), 595-605.

- Marques, João (2013). *O Plano Merkel*. Lisboa : Marcador.
- Mitterrand, François (1997). *De l'Allemagne, de la France*. Paris: Poches Odile Jacob.
- Moreira, Adriano (2004). *A Europa em Formação (A Crise do Atlântico)*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Moreira, Adriano (2005). *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, Adriano (2006). *Ciência Política*. Coimbra: Almedina.
- Patrício, Raquel (2007). *As Relações em Eixo Franco-Alemãs e as Relações em Eixo Argentino-Brasileiras. Génesis dos Processos de Integração*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Politisches Archiv des Auswärtigen Amtes (1990). „Der Zwei-Plus-Vier Vertrag“, disponível: <http://www.auswaertiges-amt.de/cae/servlet/contentblob/373162/publicationFile/3828/ZweiPlusVier%20%28Text%29.pdf> (Consultado a 25 de Junho de 2012).
- Price, Roger (2010). *A Concise History of France*. Cambridge: University Press.
- Ratzel, Friedrich (1988). *Géographie Politique*. Paris: Economica (Original publicado, em língua Alemã, em 1897).
- Reagan, Ronald (1987). “Remarks on East-West Relations at Brandenburg Gate in West Berlin”, disponível em: <http://www.reagan.utexas.edu/archives/speeches/1987/061287d.htm> (Consultado a 25 de Junho de 2012).
- Rego, Helena (1999). *A Nova Rússia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Ribeiro, Henrique (2008). *Dicionário de Termos e Citações de Interesse Político e Estratégico*. Lisboa: Gradiva.
- Ribeiro, António Silva (2009). *Teoria Geral da Estratégia. O Essencial ao Processo Estratégico*. Coimbra: Almedina.
- Santos, Eduardo Silvestre (2008). *A NATO no Século XXI*. Lisboa: Tribuna da História.
- Schulze, Hagen (2005). *Breve Historia de Alemania*. Madrid: Alianza Editorial
- Service, Robert (2003). *A History of Modern Russia. From Nicholas II to Putin*. London: Penguin Books.
- Spiegel (2009). “Thatcher and Kohl ‘Quarreled Terribly’”, disponível em: <http://www.spiegel.de/international/spiegel/german-reunification-thatcher-and-kohl-quarreled-terribly-a-648927.html> (Consultado a 16 de Junho de 2012).
- Spiegel (2009). “They didn’t naturally enjoy each other’s company”, disponível em: <http://www.spiegel.de/international/germany/thatcher-versus-kohl-they-didn-t-naturally-enjoy-each-other-s-company-a-648901.html>. (Consultado a 16 de Junho de 2012).
- Sousa, Fernando (Dir.) (2008). *Dicionário de Relações Internacionais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Thatcher, Margaret (1987), “TV Broadcast on 750th anniversary of Berlin”, disponível em: <http://www.margarethatcher.org/document/106799> (Consultado a 23 de Junho de 2012).
- Thatcher, Margaret (1989). “Remarks on the Berlin Wall (fall thereof)”, dis-

ponível em: <http://www.margareththatcher.org/document/107819> (Consultado a 23 de Junho de 2012).

Thatcher, Margaret (1989). "Statement on GDR decision to lift travel restrictions (hopes prelude to dismantling of Berlin Wall)", disponível em: <http://www.margareththatcher.org/document/112008> (Consultado a 23 de Junho de 2012).

Taylor, Frederick (2007). *O Muro de Berlim. 13 de Agosto de 1961 - 9 de Novembro de 1989*. Lisboa: Tinta-da-China.

US Diplomatic Mission to Germany (s/a), "History of German-American relations: 1989-1994", disponível em: <http://usa.usembassy.de/garelations8994.htm> (Consultado a 30 de Junho de 2012).

Vaïsse, Maurice (2005). *As Relações Internacionais desde 1945*. Lisboa: Edições 70.

Webber, Douglas (Ed.) (2001). *New Europe, New Germany, Old Foreign Policy? German Foreign Policy Since Unification*. London: Frank Cass.

Wernicke, Ingolf (2009). *The Berlin Wall*. Berlin: Jarlon Verlag GmbH.

Westerwelle, Guido (2010). "Grundsatzrede von Bundesaußenminister Westerwelle bei der Deutschen Gesellschaft für Auswärtige Politik, 21.10.2010", disponível em: [http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/AktuelleArtikel/101021-BM-dgap-grundsatzrede\\_node.html](http://www.auswaertiges-amt.de/DE/Aussenpolitik/AktuelleArtikel/101021-BM-dgap-grundsatzrede_node.html) (Consultado a 25 de Junho de 2012).

Zierer, Otto (Dir.) (1978). *História da França*. Lisboa: Circulo de Leitores.